

BBM LOGÍSTICA S.A.

Relatório de revisão do auditor
independente

Informações contábeis intermediárias
individuais e consolidadas
Em 31 de março de 2026

BBM LOGÍSTICA S.A.

Informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas
Em 31 de março de 2026

Conteúdo

Mensagem da Administração

Relatório de revisão do auditor independente sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Balanços patrimoniais intermediários individuais e consolidados

Demonstrações do resultado intermediárias individuais e consolidadas

Demonstrações do resultado abrangente intermediárias individuais e consolidadas

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido intermediárias individuais e consolidadas

Demonstrações dos fluxos de caixa intermediárias individuais e consolidadas - método indireto

Demonstrações dos valores adicionados intermediárias individuais e consolidadas - informação suplementar

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Mensagem da Administração

O primeiro trimestre de 2026 marca o início de uma nova etapa para o Grupo BBM Logística. Após o amplo processo de transformação operacional e financeira implementado ao longo de 2025, iniciamos o exercício concentrando nossos esforços na consolidação dos ganhos obtidos, na disciplina operacional e na execução de nossa estratégia de crescimento sustentável.

A homologação do Plano de Reestruturação Financeira da Companhia, ocorrida em 27 de maio de 2026 e publicada em 15 de junho de 2026, representa um marco relevante no fortalecimento de sua estrutura de capital. Esse importante avanço estabeleceu as condições para o reperfilamento das principais obrigações financeiras, ampliando a previsibilidade dos fluxos de caixa e criando condições mais favoráveis para a continuidade da evolução operacional e financeira da BBM.

Pilar I – Evolução Operacional e Disciplina Financeira

Os resultados do primeiro trimestre demonstram a continuidade da evolução operacional observada ao longo de 2025. A Companhia manteve disciplina na gestão de custos, eficiência na alocação de capital e foco na rentabilidade das operações.

Mesmo em um ambiente ainda desafiador para determinados segmentos da economia, a BBM apresentou desempenho operacional superior ao planejado, com receita líquida, margem de contribuição e EBITDA acima do orçamento, refletindo a captura contínua dos ganhos decorrentes das iniciativas de reestruturação implementadas ao longo dos últimos exercícios.

A manutenção do controle sobre custos fixos, despesas corporativas e eficiência operacional reforça a consistência das medidas adotadas e demonstra a capacidade da Companhia de sustentar sua geração operacional de caixa, preservando disciplina financeira e foco na rentabilidade dos negócios.

Pilar II – Excelência Operacional e Cultura de Melhoria Contínua

A busca permanente pela excelência operacional continua sendo um dos principais diferenciais competitivos da BBM.

Durante o trimestre, a Companhia deu continuidade ao programa BBM INX, fortalecendo a cultura de inovação, melhoria contínua e eficiência operacional. As iniciativas desenvolvidas pelos colaboradores seguem contribuindo para a simplificação de processos, redução de desperdícios, aumento da produtividade e melhoria dos níveis de serviço prestados aos clientes.

A gestão orientada por indicadores e o monitoramento contínuo das operações seguem sustentando elevados padrões de desempenho operacional e reforçando a qualidade dos serviços prestados aos clientes.

Pilar III – Integração, Eficiência e Plataforma Escalável

A simplificação organizacional e a captura de sinergias permanecem entre as prioridades estratégicas da Administração.

Ao longo do trimestre, a Companhia continuou avançando na integração de suas operações, na otimização da malha logística, na utilização mais eficiente de seus ativos operacionais e na racionalização dos custos corporativos, fortalecendo uma plataforma cada vez mais integrada, escalável e preparada para suportar o crescimento futuro.

A estratégia de priorização de operações com maior retorno econômico e geração de caixa continua norteando as decisões de investimento e alocação de capital.

Pilar IV – Crescimento Sustentável e Agenda ESG

A Companhia segue avançando na consolidação de sua agenda de sustentabilidade e transformação digital, fortalecendo iniciativas voltadas à eficiência operacional, inovação e responsabilidade socioambiental.

As ações relacionadas à otimização de rotas, eficiência energética, redução de desperdícios e fortalecimento da governança permanecem contribuindo para uma operação mais eficiente, sustentável e preparada para atender às expectativas de clientes, colaboradores, investidores e demais stakeholders.

Considerações Finais

O primeiro trimestre de 2026 reforça a convicção da Administração de que as medidas implementadas ao longo do último exercício vêm produzindo resultados consistentes. A homologação da reestruturação financeira, aliada à manutenção da disciplina operacional e financeira, representa um marco importante na consolidação da nova fase da Companhia.

Seguimos confiantes na capacidade da BBM de continuar evoluindo seus indicadores operacionais e financeiros, fortalecendo sua posição como uma das principais plataformas logísticas integradas do Brasil e do Mercosul e mantendo o compromisso com a geração sustentável de valor para clientes, colaboradores, acionistas e demais stakeholders.

A Administração

RELATÓRIO DE REVISÃO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS (ITR)

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
BBM Logística S.A.
São José dos Pinhais - PR

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da BBM Logística S.A. ("Companhia") contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, referente ao trimestre findo em 31 de março de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico NBC TG 21 (R4) – Demonstração Intermediária e com a Norma Internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Revisão de Informações Intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfases

Continuidade operacional

Chamamos a atenção para as Notas Explicativas nº 3 e nº 40 às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, que informam que essas informações contábeis intermediárias foram elaboradas com base no pressuposto da continuidade operacional, o qual considera, entre outros aspectos, o sucesso da implementação do Plano de Recuperação Extrajudicial homologado em 27 de maio de 2026 e publicado em 15 de junho de 2026, incluindo: (i) o cumprimento de certas obrigações e compromissos estabelecidos no Plano e nos demais documentos da reestruturação financeira, tais como o cumprimento de determinados indicadores e covenants financeiros, manutenção de regularidade fiscal e trabalhista, entre outros; (ii) a continuidade das medidas de reestruturação operacional e financeira implementadas pela Administração; (iii) a geração de caixa operacional; e (iv) a expectativa de conclusão da transação tributária junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN). Conforme divulgado nas referidas notas explicativas nº 3, em 31 de março de 2026 a Companhia apresentava prejuízos acumulados de R\$ 794.002 mil, passivo a descoberto de R\$ 698.700 mil e passivo circulante excedendo o ativo circulante em R\$ 1.096.101 mil e R\$ 1.128.927 mil, respectivamente nas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas. Esses eventos ou condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Nossa conclusão não está modificada em relação a esse assunto.

Reapresentação dos valores correspondentes do trimestre findo em 31 de março de 2025

Os valores correspondentes ao trimestre findo em 31 de março de 2025, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente submetidos a procedimentos de revisão, sobre os quais emitimos, em 28 de novembro de 2025, relatório contendo abstenção de conclusão. Na época, a abstenção decorreu, principalmente, da existência de incerteza relevante relacionada à continuidade operacional da Companhia, considerando que o Plano de Recuperação Extrajudicial ainda não havia sido homologado, impossibilitando a conclusão quanto à adequação do pressuposto de continuidade operacional utilizado na elaboração das informações contábeis intermediárias. Adicionalmente, a Companhia ainda não havia reavaliado a recuperabilidade de determinados ativos não financeiros, em especial os saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos, ágio e imobilizado, conforme requerido pela NBC TG 01 (R1) / IAS 36 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1.1, a Companhia efetuou ajustes e reclassificações nas informações contábeis intermediárias, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2025, em decorrência, principalmente, da homologação do Plano de Recuperação Extrajudicial, da revisão das estimativas relacionadas à continuidade operacional e da reavaliação da recuperabilidade dos ativos não financeiros, adequando, dessa maneira, as informações anteriormente divulgadas.

Como parte de nossa revisão das informações contábeis intermediárias, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2026, revisamos os ajustes e as reclassificações descritos na Nota Explicativa nº 1.1, efetuados para alterar as informações contábeis intermediárias relativa ao trimestre findo em 31 de março de 2025. Com base nos procedimentos executados, concluímos que tais ajustes e reclassificações são apropriados e foram adequadamente efetuados.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2026, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Nossa revisão da DVA também contemplou os ajustes de reapresentação que afetaram os valores comparativos da DVA conforme descritos na Nota Explicativa nº 1.1. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Curitiba, 06 de agosto de 2026.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 PR 006853/F-9

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Dario Vieira de Lima'.

Dario Vieira de Lima
Contador CRC 1 SP 238754/O-6 - S - PR

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025			31/03/2026	31/12/2025		
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	7	2.962	3.048	22.483	38.117	Fornecedores	17	110.412	105.323	221.872	212.082
Outros ativos financeiros	8	-	-	449	449	Empréstimos e financiamentos	18	270.460	260.098	301.644	285.587
Contas a receber de clientes	9	120.041	103.905	194.819	177.386	Debêntures	19	269.866	256.620	269.866	256.620
Estoques	10	3.648	3.279	4.689	4.334	Arrendamentos	20	31.827	35.219	61.314	57.342
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro a recuperar	30	-	-	13.063	12.810	Obrigações sociais	21	18.915	15.329	49.792	44.852
Impostos a recuperar	11	7.827	4.211	18.926	15.494	Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro a pagar	30	1.465	1.443	3.019	2.989
Consórcios		1.030	944	3.277	2.895	Obrigações fiscais	22	152.764	164.106	348.811	364.862
Outros créditos	12	13.896	10.623	41.786	29.948	Parcelamento de tributos	23	22.179	19.243	76.383	68.110
		149.404	126.010	299.492	281.433	Consórcios		374	393	374	393
						Contas a pagar por aquisição de controladas	24	47.977	46.552	47.977	46.552
						Mútuo com partes relacionadas	35	290.103	268.838	-	-
						Outras contas a pagar	25	29.163	29.763	47.367	46.536
								1.245.505	1.202.927	1.428.419	1.385.925
Não circulante						Não circulante					
Outros ativos financeiros	8	6.877	6.877	6.877	6.877						
Depósitos em garantia	26	5.002	4.074	7.388	6.072						
Impostos diferidos	30	224.216	220.978	314.497	307.881						
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro a recuperar	30	1.722	1.722	1.977	1.977						
Impostos a recuperar	11	4.463	4.303	4.463	4.303	Arrendamentos	20	5.238	6.968	25.717	24.842
Outros créditos	12	5.404	5.690	6.569	6.950	Obrigações sociais	21	355	355	355	355
Direito de uso de ativos	13	15.688	20.311	59.449	54.522	Parcelamentos de tributos	23	77.131	66.062	198.621	160.574
Investimentos	14	133.603	152.696	-	-	Provisões para processos judiciais	26	40.317	39.799	62.970	63.095
Imobilizado	15	89.591	93.159	127.932	129.847	Outras contas a pagar	25	556	722	556	722
Intangível	16	34.432	35.090	189.294	189.728			123.597	113.906	288.219	249.588
		520.998	544.900	718.446	708.157						
						Total do passivo		1.369.102	1.316.833	1.716.638	1.635.513
						Patrimônio líquido	27				
						Capital social (líquido dos custos de transação)		95.302	95.302	95.302	95.302
						Prejuízos acumulados		(794.002)	(741.225)	(794.002)	(741.225)
						Total do patrimônio líquido		(698.700)	(645.923)	(698.700)	(645.923)
Total do ativo		670.402	670.910	1.017.938	989.590	Total do passivo e patrimônio líquido		670.402	670.910	1.017.938	989.590

BBM Logística S.A.
Demonstração do resultado Intermediárias Individual e Consolidadas
Período de três meses findos em 31 de março de 2026 e 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
			(reapresentado)		(reapresentado)
Receita líquida de vendas	31	101.671	149.475	296.266	315.491
Custo dos serviços prestados	32a	(97.387)	(145.376)	(278.219)	(302.567)
Lucro (prejuízo) bruto		4.284	4.099	18.047	12.924
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas administrativas	32b	(8.672)	(9.597)	(17.700)	(17.509)
Despesas de vendas	32b	(987)	(1.946)	(10.134)	(9.030)
Ganho (perda) por redução ao valor recuperável de contas a receber	9	(699)	(122)	(337)	(454)
Outras receitas operacionais, líquidas	33	5.300	5.051	10.401	10.813
Prejuízo operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro		(774)	(2.515)	277	(3.256)
Resultado de participações societárias					
Equivalência patrimonial	14	(19.093)	(28.924)	-	-
Resultado financeiro líquido	34	(36.148)	(35.195)	(59.670)	(61.152)
Receitas financeiras		638	2.646	1.471	3.102
Despesas financeiras		(36.786)	(37.841)	(61.141)	(64.254)
Prejuízo antes do imposto		(56.015)	(66.634)	(59.393)	(64.408)
Imposto de renda e contribuição social	30				
Corrente		-	-	-	-
Diferido		3.238	(2.789)	6.616	(5.015)
Prejuízo do período		(52.777)	(69.423)	(52.777)	(69.423)
Resultado por ação	28				
Resultado por ação básico (em R\$)		(1,2948)	(1,7032)	(1,2948)	(1,7032)
Resultado por ação diluído (em R\$)		(1,2948)	(1,7032)	(1,2948)	(1,7032)

BBM Logística S.A.
Demonstração do resultado abrangente Intermediárias Individual e Consolidadas
Período de três meses findos em 31 de março de 2026 e 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
		(reapresentado)		(reapresentado)
Prejuízo do período	(52.777)	(69.423)	(52.777)	(69.423)
Outros	-	-	-	-
Resultado abrangente do período	(52.777)	(69.423)	(52.777)	(69.423)

	Capital social	Custos de transação	Prejuízos acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2024 (reapresentado)	102.490	(7.188)	(488.344)	(393.042)
Prejuízo do período anteriormente apresentado	-	-	(43.812)	(43.812)
Ajustes de reapresentação (Nota 1.1)	-	-	(25.611)	(25.611)
Prejuízo do período (reapresentado)	-	-	(69.423)	(69.423)
Em 31 de março de 2025 (reapresentado)	102.490	(7.188)	(557.767)	(462.465)
Em 31 de dezembro de 2025	102.490	(7.188)	(741.225)	(645.923)
Prejuízo do período	-	-	(52.777)	(52.777)
Em 31 de março de 2026	102.490	(7.188)	(794.002)	(698.700)

BBM Logística S.A.
Demonstração do fluxo de caixa Intermediárias Individual e Consolidadas - método indireto
Período de três meses findos em 31 de março de 2026 e 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
(reapresentado)					
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(56.015)	(66.634)	(59.393)	(64.408)
Ajustes de:					
Depreciação e amortização	15 e 16	4.127	5.267	6.870	8.076
Depreciação do ativo de direito de uso	13	5.167	8.790	14.921	17.501
Valor residual do ativo imobilizado vendido	33	6.190	74	6.195	133
Despesas de juros de empréstimos, cessão de créditos com coobrigação e financiamentos, debêntures e consórcios	18, 19 e 34	21.980	17.103	23.902	19.645
Despesas de juros de arrendamentos	20	814	1.010	3.324	3.063
Despesas de juros de fornecedores em atraso		5.845	3.657	9.736	6.588
Despesas de juros de obrigações fiscais em atraso		706	6.209	8.452	20.804
Resultado de equivalência patrimonial	14	19.093	28.924	-	-
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	9	699	122	337	453
Provisão para contingências	26	1.259	2.546	1.890	5.023
Juros sobre obrigações por aquisição de controladas	34	1.425	1.262	1.425	1.262
Outros créditos tributários	11	(5.612)	(6.782)	(10.770)	(12.837)
(Reversão) perda por impairment sobre ativo imobilizado	33	(2.773)	984	(2.773)	983
(Reversão) provisão estoque obsoleto	10	(80)	115	(81)	116
Variações nos ativos e passivos					
Estoques		(289)	553	(274)	1.191
Contas a receber de clientes		(16.835)	30.033	(17.770)	1.304
Depósitos judiciais e cauções		(928)	(75)	(1.316)	(197)
Impostos a recuperar		1.836	2.379	6.925	9.816
Outros créditos		(7.099)	(8.016)	(15.730)	(14.062)
Fornecedores		(1.443)	(17.668)	(633)	(29.788)
Obrigações sociais		3.586	3.080	4.940	6.107
Obrigações fiscais		7.472	12.310	40.586	30.924
Outras contas a pagar		(1.485)	(3.355)	(354)	(4.925)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		(12.360)	21.888	20.409	6.772
Fluxo de caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais		(12.360)	21.888	20.409	6.772
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Compras de imobilizado e intangível	15 e 16	(2.631)	(289)	(7.256)	(998)
Pagamento de cotas de consórcios a contemplar		(86)	(67)	(1.348)	(444)
Valor recebido pela venda de ativo imobilizado	33	4.112	105	4.273	118
Fluxo de caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades de investimento		1.395	(251)	(4.331)	(1.324)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Pagamento de cotas de consórcios contemplados		(44)	(57)	(38)	(54)
Mútuo com partes relacionadas	35	21.265	(30.349)	-	-
Empréstimos, cessão de créditos com coobrigação e financiamentos captados, líquidos do custo de transação	18	56.630	59.484	143.481	138.813
Custo com renegociação de debêntures	19	(315)	(596)	(315)	(596)
Amortização de empréstimos, cessão de créditos com coobrigação e financiamentos – principal	18	(51.368)	(52.402)	(132.726)	(120.367)
Pagamento de juros de empréstimos, cessão de créditos com coobrigação e financiamentos	18	(3.294)	(4.877)	(5.020)	(7.284)
Amortização de arrendamentos - principal	20	(5.666)	(4.082)	(15.001)	(12.840)
Pagamento de juros de arrendamentos	20	(814)	(1.010)	(3.324)	(3.063)
Pagamento do parcelamento de tributos		(5.515)	(1.602)	(18.769)	(12.393)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		10.879	(35.491)	(31.712)	(17.784)
Redução em caixa e equivalentes de caixa		(86)	(13.854)	(15.634)	(12.336)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		3.048	19.136	38.117	31.626
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período		2.962	5.282	22.483	19.290

BBM Logística S.A.
Demonstração do valor adicionado Intermediárias Individual e Consolidadas
Período de três meses findos em 31 de março de 2026 e 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
		(reapresentado)		(reapresentado)
Receitas (1)	126.209	179.826	364.817	386.064
Venda de serviços	117.745	174.400	351.933	375.914
Descontos incondicionais	(934)	(1.457)	(2.352)	(2.749)
Outras receitas	10.097	7.005	15.573	13.352
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(699)	(122)	(337)	(453)
Insumos adquiridos de terceiros (2)	81.902	112.690	213.840	223.632
(inclui os valores dos impostos - ICMS, ISS, PIS e COFINS)				
Custo dos serviços vendidos	72.729	104.060	201.558	211.636
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	9.173	8.630	12.282	11.996
Valor adicionado bruto (1) - (2) = (3)	44.307	67.136	150.977	162.432
Depreciação e amortização (4)	9.294	14.057	21.791	25.577
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia (3) - (4) = (5)	35.013	53.079	129.186	136.855
Valor adicionado recebido em transferência (6)	(18.455)	(26.278)	1.471	3.102
Resultado da equivalência patrimonial	(19.093)	(28.924)	-	-
Receitas financeiras	638	2.646	1.471	3.102
Valor adicionado total a distribuir (5) + (6)	16.558	26.801	130.657	139.957
Distribuição do valor adicionado	16.558	26.801	130.657	139.957
Pessoal	19.233	31.784	72.438	80.466
Remuneração direta	11.448	20.662	48.056	53.648
Benefícios	3.362	5.457	11.955	14.325
F.G.T.S.	1.451	2.295	3.641	4.807
Outros	2.972	3.370	8.786	7.686
Impostos, taxas e contribuições	11.808	25.776	46.289	62.109
Federais	5.921	16.844	24.012	38.365
Estaduais	4.926	7.743	19.511	21.333
Municipais	961	1.189	2.766	2.411
Remuneração de capital de terceiros	38.294	38.664	64.707	66.805
Juros	32.809	30.872	54.239	55.632
Aluguéis	1.508	823	3.566	2.551
Outras despesas financeiras	3.977	6.969	6.902	8.622
Remuneração de capital próprios	(52.777)	(69.423)	(52.777)	(69.423)
Prejuízo do período	(52.777)	(69.423)	(52.777)	(69.423)

1 Contexto operacional

A BBM Logística S.A. (“Controladora”), com sede na Rua Tenente Djalma Dutra, 915 em São José dos Pinhais – Paraná, é uma sociedade anônima, brasileira, de capital aberto registrada no Bovespa + da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), sendo negociada sob o código “BBML3”.

A Companhia (consolidado do grupo BBM, composto pela “Controladora e suas Controladas”) é um dos maiores operadores logísticos do Mercosul, com soluções End-to-End e Omnichannel, que vão da matéria-prima ao consumidor final, e está há mais de 20 anos atuando nesse mercado, sendo reconhecida com vários prêmios e certificações.

A atividade preponderante é a prestação de serviços de transporte rodoviário de cargas, transporte intermodal, transporte de produtos químicos e gases do ar, transporte internacional, transporte florestal, em veículos próprios ou de terceiros atendendo clientes em vários países na América do Sul.

1.1 Reapresentação das informações comparativas relativas as demonstrações financeiras intermediárias Individuais e Consolidadas de 31 de março de 2025

Durante o processo de elaboração das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas ora apresentadas e em conformidade com as normas contábeis vigentes, previstas nos termos do pronunciamento técnico CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a Administração procedeu a reapresentação de determinados valores comparativos referentes a demonstração do resultado do período findo em 31 de março de 2025.

A reapresentação decorre da revisão das premissas utilizadas para avaliação da recuperabilidade dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos, considerando projeções atualizadas de resultados tributáveis futuros e do respectivo prazo estimado para sua realização.

Como resultado dessa revisão, foi reconhecida perda por redução ao valor recuperável dos créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, no montante de R\$ 15.810 na Controladora e R\$ 25.611 no Consolidado, com reflexo no resultado do período findo em 31 de março de 2025.

Dessa forma, a demonstração do resultado individual e consolidada do período findo naquela data, apresentados para fins comparativos, diferem daqueles originalmente divulgados.

A seguir são apresentados os efeitos da reapresentação sobre as demonstrações financeiras intermediárias comparativas:

	Controladora
	Prejuízo do período
	31/03/2025
Prejuízo originalmente apresentado	(43.812)
Ajustes de reapresentação	(25.611)
Equivalência patrimonial	(9.801)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(15.810)
Prejuízo reapresentado	(69.423)
	Consolidado
	Prejuízo do período
	31/03/2025
Prejuízo originalmente apresentado	(43.812)
Ajustes de reapresentação	(25.611)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(25.611)
Prejuízo reapresentado	(69.423)

Adicionalmente, a demonstração de resultado abrangente, a demonstração das mutações do patrimônio líquido, a demonstração do fluxo de caixa, demonstração do valor adicionado, bem como as respectivas notas explicativas, foram reapresentadas para refletir os efeitos decorrentes da reapresentação descrita acima.

2 Relação de entidades controladas

As informações financeiras intermediárias consolidadas em 31 de março de 2026 abrangem as informações financeiras intermediárias da Controladora e das controladas Transeich Assessoria e Transportes S.A., Transportes Translovato Ltda., Translag Transporte e Logística Ltda. e Diálogo Logística Inteligente Ltda. (em conjunto “Grupo”). Os percentuais de participação nas controladas são os seguintes:

Empresa	Controle	Percentual de participação	
		31/03/2026	31/12/2025
Transeich Assessoria e Transportes S.A.	Direto	100%	100%
Transportes Translovato Ltda.	Direto	100%	100%
Translag Transporte e Logística Ltda.	Direto	100%	100%
Diálogo Logística Inteligente Ltda.	Direto	100%	100%

A Transeich Assessoria e Transportes S.A. (“Transeich Assessoria”), constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado, tem como atividade preponderante a prestação de serviços de transporte rodoviário de cargas, transporte intermodal, transporte de produtos químicos e gases do ar e transporte internacional, substancialmente em veículos de terceiros.

Transportes Translovato Ltda. (“Translovato”), tem como atividades preponderantes o transporte rodoviário e armazém geral nas regiões Sul e Sudeste do Brasil, além dos estados do Ceará, Goiás, Tocantins e Distrito Federal.

Translag Transporte e Logística Ltda. (“Translag”), tem como atividades preponderantes o transporte rodoviário e armazém geral na região Centro-oeste, além de São Paulo, Bahia e Minas Gerais.

Diálogo Logística Inteligente Ltda. (“Diálogo”), tem como atividade preponderante soluções logísticas e tecnológicas, principalmente para a cadeia de *e-commerce*, incluindo operações customizadas de *last mile*, nas regiões sul, sudeste e nordeste do Brasil.

3 Base de preparação

As informações financeiras intermediárias da Companhia compreendem as informações financeiras intermediárias da Controladora, identificadas como Controladora, e as informações financeiras intermediárias consolidadas, identificadas como Consolidado, preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e de acordo com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, e apresentadas de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

Estas informações financeiras intermediárias devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as quais foram arquivadas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) em 22 de junho de 2026.

A emissão das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria Executiva em 06 de agosto de 2026. Após sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

Avaliação de continuidade operacional – Aprovação do Pedido de Recuperação Extrajudicial

Ao longo de 2025 e do primeiro trimestre de 2026, a Companhia deu continuidade ao seu plano de reestruturação operacional e financeira, implementando diversas iniciativas voltadas ao fortalecimento da estrutura de capital, melhoria da eficiência operacional, otimização da geração de caixa e incremento da rentabilidade de suas operações.

No período findo em 31 de março de 2026, o prejuízo acumulado da Companhia totalizava R\$ 794.002 (R\$ 741.225 em 31 de dezembro de 2025). Nesta mesma data, a Companhia apresentou passivo a descoberto no montante de R\$ 698.700 (R\$ 645.923 em 31 de dezembro de 2025) individual e consolidado, e passivo circulante que excede o ativo circulante em R\$ 1.096.101 e R\$ 1.128.927, respectivamente individual e consolidado (R\$ 1.076.917 e R\$ 1.104.492 em 31 de dezembro de 2025, respectivamente individual e consolidado). Vale destacar que o passivo circulante em 31 de março de 2026 está impactado pela reclassificação para o curto prazo do saldo de longo prazo de debêntures e empréstimos e financiamentos devido à quebra de um *covenant* financeiro conforme notas explicativas 19 e 20.

Diante desse cenário, a Administração deu continuidade ao plano de reestruturação operacional e financeira, implementando diversas iniciativas voltadas à melhoria da eficiência operacional, fortalecimento da estrutura de capital e geração sustentável de caixa.

As iniciativas implementadas contribuíram para a manutenção da geração operacional da Companhia, que apresentou um EBITDA (em português LAJIDA - lucro antes de juros, impostos depreciação e amortização, métrica gerencial, não prevista nas normas contábeis) ajustado consolidado de R\$ 22.035 ao final de 31 de março de 2026, em comparação a um EBITDA ajustado de R\$ 22.321 em 31 de março de 2025 (vide nota explicativa 38), além de receita líquida, margem de contribuição e EBITDA superiores ao orçamento no primeiro trimestre de 2026, refletindo os efeitos das medidas de eficiência operacional implementadas pela Administração.

As principais ações planejadas e realizadas como parte do plano de reestruturação incluem:

- a) Implementação do plano de reestruturação organizacional, contemplando a simplificação da estrutura corporativa e operacional, otimização do quadro de colaboradores, controle de horas extras e melhoria dos indicadores de produtividade;
- b) Revisão do portfólio operacional, incluindo a desmobilização de unidades e o encerramento de operações e contratos com baixa rentabilidade ou elevado consumo de capital, priorizando negócios com maior retorno econômico e geração de caixa;
- c) Otimização da malha logística e da utilização da frota, mediante centralização da gestão de tráfego, revisão dos fluxos operacionais e captura de sinergias entre as unidades;
- d) Aproveitamento de créditos tributários no montante aproximado de R\$ 11 milhões até 31 de março de 2026, contribuindo para o fortalecimento da posição de caixa e da liquidez de curto prazo;
- e) Em fevereiro de 2025, a Companhia protocolou pedido de transação da dívida fiscal em aberto junto a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), no valor aproximado de R\$ 169 milhões naquela data. O pedido contempla a solicitação de concessão de descontos sobre juros e multas, bem como a utilização de prejuízos fiscais e bases negativas para liquidação parcial do saldo devedor tributário. Considerando o estágio atual das tratativas e das análises conduzidas pela PGFN, a Administração mantém expectativa de conclusão do processo durante o exercício de 2026;
- f) Pedido de Recuperação Extrajudicial realizado em 1º de novembro de 2024, cujo Plano de Recuperação Extrajudicial (“Plano de RE”) foi aprovado pelo juízo competente em 27 de maio de 2026, e publicado em 15 de junho de 2026, com seus efeitos vigentes a partir do segundo trimestre de 2026 abrangendo os passivos com debêntures, fornecedores, empréstimos e financiamentos e contas a pagar por aquisição de controladas, conforme nota explicativa 40.

Em especial destacamos a homologação do Plano de RE que permitiu à Companhia concluir a sua avaliação de continuidade de negócios, em especial a revisão das suas estimativas de realização dos seus ativos, o que resultou na necessidade ajuste retrospectivo do IR Diferido sobre prejuízo fiscal, conforme nota explicativa 1.1.

Adicionalmente, a Administração mantém expectativa de conclusão da transação tributária junto à PGFN ao longo de 2026, a qual poderá contribuir para o fortalecimento da estrutura de capital e da liquidez da Companhia, em complemento às demais medidas de reestruturação já implementadas.

A Administração permanece acompanhando a evolução dos indicadores operacionais, financeiros e de liquidez da Companhia, mantendo o monitoramento contínuo das iniciativas estratégicas implementadas e de seus respectivos impactos sobre a geração de caixa e a rentabilidade dos negócios.

Desta forma, essas informações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que o Grupo conseguirá cumprir suas obrigações em um período de, mas não limitado a, 12 meses da data do balanço.

3.1 Moeda funcional e moeda de apresentação

As informações financeiras intermediárias consolidadas estão apresentadas em milhares de reais, sendo o Real a moeda funcional do Grupo. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.2 Mensuração básica

As informações financeiras intermediárias consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre as incertezas relacionadas as premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2025 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício social estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Notas explicativas 5.9 e 16** – Imobilizado: principais premissas da estimativa da vida útil, valor residual e método de depreciação de ativos do imobilizado;
- **Notas explicativas 5.15, 14 e 21** - Principais premissas na taxa de juros e prazo de arrendamentos;
- **Nota explicativa 9** - Mensuração da perda estimada ao valor de recuperação do contas a receber: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda;
- **Nota explicativa 16** - Teste de redução ao valor recuperável de ativos mantidos para venda e ativos intangíveis e ágio: principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- **Nota explicativa 26** - Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- **Nota explicativa 30** - Incertezas sobre o tratamento de imposto de renda e contribuição social; Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados.

Mensuração ao valor justo

Uma série de políticas e divulgações financeiras do Grupo requer a mensuração ao valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo financeiro, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Se os dados utilizados para mensurar o valor justo de um ativo ou passivo financeiro caírem em diferentes níveis da hierarquia do valor justo, a mensuração do valor justo é categorizada na sua totalidade no mesmo nível de sua hierarquia de valor que o valor mais baixo que é significativo para toda a medição.

5 Principais políticas contábeis

O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas a seguir de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas informações financeiras intermediárias consolidadas, salvo indicação ao contrário.

5.1 Base de consolidação

(i) Combinação de negócios

Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o conjunto de atividades e ativos adquiridos atende à definição de um negócio e o controle é transferido para o Grupo. Ao determinar se um conjunto de atividades e ativos é um negócio, o Grupo avalia se o conjunto de ativos e atividades adquiridos inclui, no mínimo, um input e um processo substantivo que juntos contribuam, significativamente, para a capacidade de gerar output.

O Grupo tem a opção de aplicar um "teste de concentração" que permite uma avaliação simplificada se um conjunto de atividades e ativos adquiridos não é um negócio. O teste de concentração opcional é atendido se, substancialmente, todo o valor justo dos ativos brutos adquiridos estiver concentrado em um único ativo identificável ou grupo de ativos identificáveis similares.

A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. As contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício.

(ii) Controlada

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As informações financeiras intermediárias de controlada são incluídas nas informações financeiras intermediárias consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

Nas informações financeiras intermediárias individuais da Controladora os resultados das controladas são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial.

(iii) Participação de acionistas não-controladores

Em 31 de março de 2026, a Companhia não possui participação de acionistas não controladores em suas controladas. Dessa forma, não há saldos ou transações a serem reconhecidos referentes a participação de não controladores nas informações financeiras intermediárias consolidadas.

(iv) Transações eliminadas na consolidação

Saldo e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das informações financeiras intermediárias consolidadas.

Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia no capital social da companhia investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

5.2 Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados.

5.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são investimentos de curto prazo, com vencimentos em até 90 dias da data da aquisição, com alta liquidez, conversíveis em caixa, que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança no valor.

5.4 Receita de contrato com o cliente

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente.

As informações a seguir apresentam a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, incluindo condições de pagamento significativas e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas:

Tipo de serviço	Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas	Reconhecimento da receita
Serviços de transportes florestais	O serviço de transporte se inicia no carregamento na área rural, finalizado com entrega da madeira na fábrica do cliente, o que constitui o cumprimento da obrigação. No momento da entrega da madeira na fábrica do cliente são efetuadas medições do volume transportado a cada carregamento. No final do mês as medições são consolidadas para a emissão da fatura. O pagamento se dá em média 30 dias após a emissão da fatura.	A receita é reconhecida após a consolidação das medições do volume transportado. O preço de venda individual é determinado com base nos preços de tabela, que leva em consideração as características de cada transporte (distância e peso, p.e.).
Serviços de transportes a dedicados industriais	São serviços de transporte oferecidos de forma integrada e customizada para cada cliente, que incluem a gestão do fluxo de insumos/matérias-primas e informações da fonte produtora até a entrada da fábrica (operações Inbound), o fluxo de saída do produto acabado da fábrica até a ponta de consumo (operações Outbound) e, a movimentação de produtos e gestão de estoques internos, logística reversa e armazenagem. Serviços de escoamento de produtos no sistema “ponto A” para “ponto B”, por meio de veículos carga completa (Full Truck Load). O faturamento e prazo de vencimento é diverso e particular com cada cliente.	A receita é reconhecida ao longo do tempo conforme a prestação dos serviços. O valor da receita a ser reconhecida é avaliado com base em avaliações de progresso e medições do trabalho realizado.
Serviços de transportes de carga geral e fracionado	Representam serviços prestados, e tratados pelo cliente carga a carga, com faturamento diverso e particular com cada cliente.	A receita é reconhecida quando do embarque e ajustada por meio de cut-off com base no estágio de realização do serviço (entrega dos produtos).

5.5 Receita e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, juros sobre contas a receber de clientes e variação cambial. As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros sobre financiamentos, arrendamentos, debêntures, atraso no pagamento de fornecedores, atraso e parcelamento de impostos e variação cambial.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

5.6 Estoques

Os estoques estão registrados ao custo médio de aquisição, líquido de provisões para perdas ao valor de recuperação, quando aplicável.

5.7 Consórcios

As cotas de consórcios ainda não contempladas são registradas no ativo circulante pelo valor pago mensalmente.

No momento da contemplação, os ativos adquiridos são registrados no ativo imobilizado da Companhia, em contrapartida a um passivo circulante e não circulante do valor do saldo a pagar da cota contemplada.

Os gastos com taxas de administração, são registrados como despesas financeiras.

5.8 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar apurado sobre o lucro tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal seguindo metodologia de cálculo e critérios estabelecidos pela legislação tributária e regulamentações contábeis vigentes no exercício. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas informações financeiras. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando se espera que o respectivo imposto diferido ativo será realizado ou quando o imposto diferido passivo será liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

5.9 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico (vide nota explicativa 15), menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado, quando incorridos.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Os valores residuais, o método de depreciação e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício, exceto se houver evidências de modificações substanciais, quando então a Administração faz análises e eventuais ajustes necessários, em períodos menores.

O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

A depreciação é calculada sobre o valor histórico, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada do item e reconhecida no resultado.

A vida útil estimada dos ativos imobilizados, por natureza, é apresentada a seguir:

Itens do imobilizado - vida útil em anos	31/03/2026	31/12/2025
Máquinas e equipamentos	3 – 15	3 – 15
Cavalos mecânicos	6 – 15	6 – 15
Carretas e equipamentos	12 – 25	12 – 25
Móveis e utensílios	10	10
Equipamentos de informática	5	5
Edificações	20	20
Embalagens para transporte	1 – 5	1 – 5
Benfeitorias em bens de terceiros	1 – 5	1 – 5

5.10 Intangível e ágio

O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado (perdas) conforme incorridos.

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é reconhecida no resultado. O ágio não é amortizado.

A vida útil estimada dos ativos intangíveis, por natureza, é apresentada a seguir:

Itens do intangível - vida útil em anos	31/03/2026	31/12/2025
Software	3 - 5	3 - 5
Carteira de clientes	5 - 13	5 - 13
Direito de uso da marca	10	10
Acordo de não concorrência	5	5

Os valores residuais, o método de amortização e a vida útil dos ativos intangíveis são revisados e, se apropriado, ajustados ao final de cada exercício.

5.11 Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado pela Companhia como mensurado ao custo amortizado ou ao Valor justo por meio do resultado (“VJR”). Todos os ativos financeiros da Companhia, atualmente, estão classificados como mensurados ao custo amortizado.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do exercício de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado pela Companhia ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- I. É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais;
- II. Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas ao seu valor de recuperação. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais auferidos sobre esses ativos, assim com a perda para ajuste ao seu valor recuperável são reconhecidos no resultado.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados pela Companhia como ao VJR.

A Administração realiza uma avaliação do objetivo para o qual um ativo financeiro é mantido em carteira e que melhor reflete a maneira pela qual o negócio é gerido. As informações consideradas nessa avaliação incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos;
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos exercícios anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos do Grupo.

Os ativos financeiros gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados pela Companhia ao valor justo por meio do resultado. Esses ativos são continuamente mensurados ao valor justo. O ajuste a valor justo, os juros ou receita de dividendos, são reconhecidos no resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, o Grupo considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo;
- Os termos que limitam o acesso do Grupo a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

O Grupo efetua transações em que transfere ativos reconhecidos no seu balanço, mas retém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nestes casos, os ativos transferidos não são baixados sendo reconhecido o passivo financeiro correspondente.

Passivos financeiros

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos contratuais são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos contratuais modificados é reconhecido a valor justo.

No desconhecimento de um ativo ou passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação recebida ou paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

5.12 Redução ao valor recuperável (Impairment)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e
- Ativos de contrato.

O Grupo mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

O Grupo presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 180 dias de atraso.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber).

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 180 dias;
- Reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é apresentada como dedução do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, o Grupo adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há mais de 360 dias e quando não há mais expectativa razoável de recuperação. O Grupo não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado, entretanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo, que não os estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

5.13 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos de transação diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido, em conta redutora do capital, líquidos de impostos.

Os custos de transações de operações de captação em curso são mantidos em conta transitória do ativo até a sua alocação definitiva por ocasião da conclusão da operação.

5.14 Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

Outros benefícios de longo prazo a empregados

A obrigação líquida do Grupo em relação a outros benefícios de longo prazo a empregados é o valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelo serviço prestado no ano corrente e em anos anteriores. Esse benefício é calculado com base no seu valor presente. Remensurações são reconhecidas no resultado.

5.15 Arrendamentos

No início de um contrato, o Grupo avalia se ele é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado um arrendamento é definido como um contrato, ou parte de um contrato, que transmite o direito de usar um ativo (o ativo subjacente) por um período de tempo em troca de contraprestação.

a. Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

No entanto, para os arrendamentos de propriedades, o Grupo optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, quando aplicável, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimos e financiamentos incremental do Grupo. Geralmente, o Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimos e financiamentos como taxa de desconto.

O Grupo determina sua taxa incremental sobre empréstimos e financiamentos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual;
- O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento, quando aplicável.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Grupo alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

O Grupo optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo. O Grupo reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

5.16 Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: a Companhia e suas controladas tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

O valor reconhecido como provisão é mensurado levando-se em consideração a melhor estimativa do desembolso necessário para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

O aumento ou redução da obrigação ao longo do tempo é reconhecido como complemento ou reversão no mesmo item de provisão.

5.17 Resultado por ação - básico e diluído

O resultado básico por ação é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia, pelo número médio ponderado de ações no respectivo exercício.

O resultado por ação diluído é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média da quantidade de ações do capital social integralizado no respectivo exercício levando-se em conta a conversão de todas as ações potenciais com efeito de diluição.

5.18 Informação por segmento

Os resultados de segmentos que são reportados ao Diretor Executivo de Operações incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem, despesas administrativas, despesas de venda e despesas com aquisições de negócios.

A Administração considera que as operações da Companhia e suas controladas compõem dois segmentos operacionais identificáveis, classificados como DCC (*Dedicated Contract Carriage*) e TM (*Transportation Management*).

5.19 Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou a demonstração do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado, preparada de acordo com as normas contábeis aplicáveis às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira suplementar.

5.20 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como uma obrigação ao final do exercício, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do dividendo mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas, em Assembleia Geral.

5.21 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas informações financeiras da Companhia e suas controladas.

- a) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 - classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026;
- b) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 - podem afetar significativamente como as entidades contabilizam o desreconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026;
- c) Melhorias anuais nas Normas Contábeis IFRS – Volume 11 - Alterações à IFRS 1 Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação, IFRS 9 Instrumentos Financeiros, IFRS 10 Demonstrações Consolidadas e IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa. Essas melhorias não criam novas normas, mas aprimoram a coerência e aplicação prática das normas existentes - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026;
- d) IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras.

A nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações Financeiras (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações financeiras consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtotais na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela Administração. Uma norma correlata ainda não foi emitida no Brasil - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027;

- e) Alterações na IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações - permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com os requisitos de divulgação reduzidos da IFRS 19 - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027.

Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis.

6 Impactos da reforma tributária

Reforma tributária do consumo (LC 214/2025)

A Emenda Constitucional nº 132/2023, promulgada em 20 de dezembro de 2023, promoveu a reforma do sistema de tributação sobre o consumo no Brasil, conhecida como “Reforma Tributária”. O novo sistema composto por dois tributos (IBS e CBS) sucederá cinco tributos atuais (PIS, COFINS, ICMS, ISS e IPI).

Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar (LC) nº 214/2025, que regulamentou e operacionalizou os novos tributos sobre o consumo, notadamente o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), detalhando fatos geradores, bases de cálculo, regimes e governança (inclusive o Comitê Gestor do IBS).

Principais Substitutos e Mudanças:

- **CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços):** contribuição de âmbito Federal que substituirá o PIS e COFINS. Vigência a partir de 2027, com período de teste durante 2026, ocasião em que será destacado percentual nos documentos fiscais;
- **IBS (Imposto sobre Bens e Serviços):** imposto de âmbito estadual e municipal que substituirá o ICMS e ISS. Vigência gradual a partir de 2027 com implementação plena a partir de 2033;
- **Imposto Seletivo (IS):** novo tributo que tem como foco desestimular o consumo de itens prejudiciais à saúde e ao meio ambiente (cigarros, bebidas alcoólicas, carros poluentes). A vigência do IS será a partir de 2027;
- **Manutenção Restrita do IPI:** o IPI inicialmente não será totalmente extinto, continuando a incidir de forma restrita sobre produtos industrializados na Zona Franca de Manaus. A partir de 2033, esse imposto será extinto.

Reforma de incentivos e benefícios fiscais (LC 224/2025)

A Lei Complementar nº 224/2025, de 26 de dezembro de 2025, dispõe sobre a redução e critérios de concessão de incentivos e benefícios de natureza tributária, financeira ou creditícia, concedidos exclusivamente pela União Federal e aplicáveis ao IRPJ, CSSL, PIS, COFINS, IPI, II e Contribuição Previdência Patronal. De modo sucinto, temos:

- Critérios mais restritivos para concessão, ampliação e prorrogação de benefícios e incentivos;
- Redução linear de 10% dos benefícios fiscais;
- Alteração nas tributações de fintechs, juros sobre capital próprio e bets;
- Estabelece regras de responsabilidade solidária no recolhimento de tributos sobre apostas de quota fixa (bets).

Avaliação de impacto

Em decorrência da promulgação da Emenda Constitucional nº 132/2023 e da publicação das Leis Complementares nº 214/2025 e nº 224/2025, que instituem o Imposto sobre Bens e Serviços (“IBS”) e a Contribuição sobre Bens e Serviços (“CBS”), a Companhia avaliou os potenciais impactos da nova sistemática tributária nas informações financeiras intermediárias referentes à data-base de 31 de março de 2026.

Com base na legislação publicada até o momento e nas análises realizadas, a Companhia não identificou impactos relevantes na mensuração de ativos e passivos, nem nas principais premissas e estimativas contábeis adotadas na referida data-base.

A partir de 2026, a Companhia passou a destacar o IBS e a CBS nos documentos fiscais emitidos, em conformidade com o cronograma de implementação estabelecido na legislação aplicável.

A Administração segue monitorando a evolução da regulamentação e avaliando, de forma contínua, eventuais efeitos operacionais, fiscais e financeiros decorrentes da Reforma Tributária, que poderão impactar exercícios futuros.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Caixa	91	56	585	348
Bancos conta movimento	2.616	2.668	14.768	34.017
Aplicações financeiras (a)	255	324	7.130	3.752
	2.962	3.048	22.483	38.117

- (a) As aplicações financeiras possuem liquidez imediata e são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sem qualquer desconto. Referem-se, substancialmente, a certificados de depósitos bancários, remunerados a uma taxa média de 100,00% da rentabilidade dos Certificados de Depósito Interbancário (CDI) (100,00% em 31 de dezembro de 2025).

8 Outros ativos financeiros

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Bloqueio judicial (a)	6.877	6.877	6.877	6.877
Outros	-	-	449	449
	6.877	6.877	7.326	7.326
Circulante	-	-	449	449
Não circulante	6.877	6.877	6.877	6.877

- (a) Valor referente a bloqueio judicial decorrente de execução fiscal promovida pelo Estado de São Paulo, relacionada a débitos de ICMS.

9 Contas a receber de clientes

a) Composição

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Serviços de frete a receber no mercado interno	65.008	59.243	136.244	127.504
Serviços de frete a receber no mercado externo	28.438	28.438	28.438	28.438
Serviços de frete a receber no mercado interno partes relacionadas (Nota explicativa 35)	18.602	7.564	-	-
Serviços a faturar	10.204	10.172	34.102	25.072
Perda por redução ao valor recuperável	(2.211)	(1.512)	(3.965)	(3.628)
	120.041	103.905	194.819	177.386

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no decurso normal das atividades. Se o prazo de vencimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante.

A Companhia realizou transações de cessão de créditos com coobrigação (nota explicativa 18), por meio das quais transfere a propriedade de títulos de contas a receber de clientes para instituições financeiras, recebendo antecipadamente os valores correspondentes, líquidos dos encargos financeiros da transação. Em 31 de março de 2026, o saldo dessas operações totalizava R\$ 26.641 na controladora (R\$ 16.384 em 31 de dezembro de 2025) e R\$ 52.504 no consolidado (R\$ 35.040 em 31 de dezembro de 2025).

b) Vencimento de contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
A vencer	104.325	91.199	173.822	152.683
Vencidos até 30 dias	4.716	6.012	7.546	17.240
Vencidos de 31 a 60 dias	3.214	2.110	3.823	2.275
Vencidos de 61 a 90 dias	3.791	2.157	4.078	2.385
Vencidas de 91 a 180 dias	3.435	1.972	4.453	2.392
Vencidas de 181 a 360 dias	2.085	805	2.717	1.442
Vencidas acima de 360 dias	686	1.162	2.345	2.597
Perda por redução ao valor recuperável	(2.211)	(1.512)	(3.965)	(3.628)
	120.041	103.905	194.819	177.386

Os valores vencidos na Controladora com prazo superior a 90 dias referem-se, substancialmente, a contas a receber de partes relacionadas. Tais valores não apresentam risco de não realização, uma vez que a Controladora possui montantes a pagar às suas controladas, principalmente decorrentes de contratos de mútuo (vide nota explicativa 35).

A provisão para perda por redução ao valor recuperável é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas prováveis nas contas a receber de clientes. O cálculo da taxa de perda esperada é realizado de acordo com as perdas reais incorridas nos últimos 12 meses frente ao comportamento dos recebimentos no contas a receber por faixa de vencimento, esta informação possibilita estabelecer a média de perdas históricas (abordagem simplificada do IFRS 9 / CPC 48). A movimentação no período encontra-se apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Saldo no início do período	1.512	2.663	3.628	3.954
Constituição de provisão	699	219	798	579
Reversão de provisão	-	(97)	(461)	(125)
Ao final do período	2.211	2.785	3.965	4.408

10 Estoques

Os estoques referem-se a pneus e peças de reposição para utilização na frota e materiais utilizados na manutenção de veículos e combustíveis:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Pneus	472	690	598	822
Peças de reposição	6.521	6.014	6.925	6.524
Combustível	119	119	635	538
(-) Provisão estoque obsoleto	(3.464)	(3.544)	(3.469)	(3.550)
	3.648	3.279	4.689	4.334

A Companhia realiza periodicamente uma análise criteriosa dos estoques, com o objetivo de avaliar sua recuperabilidade econômica e assegurar que os saldos estejam compatíveis com as necessidades operacionais e com os valores realizáveis líquidos estimados.

Com base nessa avaliação, o saldo da provisão para perdas por obsolescência de estoques totalizava R\$ 3.464 (R\$ 3.544 em 31 de dezembro de 2025) na Controladora e R\$ 3.469 (R\$ 3.550 em 31 de dezembro de 2025) no Consolidado, refletindo o ajuste dos estoques aos seus respectivos valores realizáveis líquidos.

A provisão visa refletir, de forma adequada, a expectativa de realização dos ativos, considerando a possibilidade de não utilização ou venda de determinados itens. O saldo é substancialmente composto por peças de reposição com baixa rotatividade e materiais considerados em desuso.

Ativos dados em garantia

Em 31 de março de 2026, os estoques estavam em garantia na modalidade de alienação fiduciária, às debêntures (ver nota explicativa 19).

11 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
PIS / COFINS a recuperar (a)	5.688	3.659	15.907	14.143
IVA a recuperar	4.463	4.303	4.463	4.303
ICMS a recuperar	292	294	292	294
INSS a recuperar	1.847	258	2.727	1.057
	12.290	8.514	23.389	19.797
Circulante	7.827	4.211	18.926	15.494
Não circulante	4.463	4.303	4.463	4.303

- a) No período findo em 31 de março de 2026, a Controladora e as controladas Translovato e Diálogo, com base em entendimentos jurídicos e administrativos, efetuaram pedidos de compensação via PER/DCOMP, decorrentes de créditos de PIS e COFINS reconhecidos em revisões dos critérios de apuração dessas contribuições, no âmbito de suas operações.

12 Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Despesas antecipadas (a)	15.236	11.614	31.362	21.767
Valores a receber por venda de veículos	-	-	181	181
Adiantamento a fornecedores (b)	1.485	2.038	4.208	5.134
Despesas reembolsáveis (c)	1.360	1.360	6.005	6.009
Adiantamentos a empregados	423	505	5.493	2.604
ICMS precatório (d)	796	796	796	796
Outros créditos	-	-	310	407
Total	19.300	16.313	48.355	36.898
Circulante	13.896	10.623	41.786	29.948
Não circulante	5.404	5.690	6.569	6.950

- (a) As despesas antecipadas referem-se, substancialmente, a valores de gastos com seguros e diversas coberturas, tais como veículos, garantia cautelar fiscal, prédios e vida, bem como custos operacionais incorridos antes do reconhecimento das respectivas receitas, apropriados ao resultado quando do reconhecimento dessas receitas;
- (b) Adiantamentos, principalmente, para aquisição de peças de manutenção de máquinas e equipamentos;
- (c) Refere-se, substancialmente, a pagamento de contingências trabalhistas, que vieram ao conhecimento da Administração apenas após o período de um ano da combinação de negócios, e que, portanto, não foram contabilizados como parte do exercício de combinação de negócios. A Companhia tem o direito contratual de receber esses valores dos ex-controladores das investidas (ver nota explicativa 24);
- (d) Precatório a receber do estado de São Paulo em função de sentença favorável à BBM, referente a créditos de ICMS.

13 Direito de uso de ativos

Direito de uso do ativo	Controladora			
	Veículos	Imóveis	Equipamentos	Total
Em 31 de dezembro de 2025	5.220	13.155	1.936	20.311
Novos contratos e adições (i)	242	182	120	544
Depreciação	(1.358)	(3.134)	(675)	(5.167)
Em 31 de março de 2026	4.104	10.203	1.381	15.688

	Controladora			
Direito de uso do ativo	Veículos	Imóveis	Equipamentos	Total
Em 31 de dezembro de 2024	21.380	10.532	4.581	36.493
Novos contratos e adições (i)	1.085	1.691	130	2.906
Depreciação	(5.188)	(2.875)	(727)	(8.790)
Baixas (i)	(289)	-	-	(289)
Em 31 de março de 2025	16.988	9.348	3.984	30.320

	Consolidado			
Direito de uso do ativo	Veículos	Imóveis	Equipamentos	Total
Em 31 de dezembro de 2025	13.013	38.375	3.134	54.522
Novos contratos e adições (i)	242	19.592	120	19.954
Depreciação	(2.862)	(11.012)	(1.047)	(14.921)
Baixas (i)	-	(106)	-	(106)
Em 31 de março de 2026	10.393	46.849	2.207	59.449

	Consolidado			
Direito de uso do ativo	Veículos	Imóveis	Equipamentos	Total
Em 31 de dezembro de 2024	34.226	44.199	6.175	84.600
Novos contratos e adições (i)	1.087	11.511	1.351	13.949
Depreciação	(6.784)	(9.331)	(1.386)	(17.501)
Baixas (i)	(291)	-	-	(291)
Em 31 de março de 2025	28.238	46.379	6.140	80.757

- (i) As adições e baixas decorrem, essencialmente, a renovações contratuais, repactuações, atualizações de valores e inclusão e/ou baixas de ativos nos contratos de arrendamento existentes (vide nota explicativa 20).

14 Investimentos

a. Composição dos saldos

	Controladora	
Composição	31/03/2026	31/12/2025
Transeich Assessoria	103.332	104.606
Translovato	(156)	11.620
Translag	13.514	13.803
Diálogo (i)	16.913	22.667
	133.603	152.696

- (i) A totalidade das cotas da subsidiária Diálogo Logística Inteligente Ltda. estão alienadas fiduciariamente em favor dos debenturistas, conforme nota explicativa 19.

b. Movimentação dos saldos

	Controladora		
	Em 31 de dezembro de 2025	Resultado de equivalência patrimonial	Em 31 de março de 2026
Transeich Assessoria	104.606	(1.274)	103.332
Translovato	11.620	(11.776)	(156)
Translag	13.803	(289)	13.514
Diálogo	22.667	(5.754)	16.913
Total	152.696	(19.093)	133.603

Controladora (reapresentado)			
	Em 31 de dezembro de 2024	Resultado de equivalência patrimonial	Em 31 de março de 2025
Transeich Assessoria	111.282	(565)	110.717
Translovato	56.951	(23.360)	33.591
Translag	17.827	(446)	17.381
Diálogo	33.382	(4.553)	28.829
Total	219.442	(28.924)	190.518

c. Informações das subsidiárias

Os saldos das controladas apresentados nesta tabela consideram os valores patrimoniais com os ajustes da combinação de negócios:

Controladora					
Em 31 de março de 2026	Prejuízo do período	Capital social	Patrimônio líquido	Participação no capital social no encerramento do período (%)	Equivalência patrimonial da Controladora
Transeich Assessoria	(1.274)	54.646	72.913	100%	(1.274)
Translovato	(11.776)	18.375	(30.735)	100%	(11.776)
Translag	(289)	17.851	(5.284)	100%	(289)
Diálogo	(5.754)	1.588	(39.309)	100%	(5.754)

Controladora (reapresentado)					
Em 31 de março de 2025	Prejuízo do período	Capital social	Patrimônio líquido	Participação no capital social no encerramento do período (%)	Equivalência patrimonial da Controladora
Transeich Assessoria	(565)	54.646	80.298	100%	(565)
Translovato	(23.360)	18.375	2.580	100%	(23.360)
Translag	(446)	17.851	(1.670)	100%	(446)
Diálogo	(4.553)	1.588	(28.982)	100%	(4.553)

As informações das controladas, sem os ajustes da combinação de negócios, são os seguintes:

Controladora						
Em 31 de março de 2026	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Resultado
Transeich Assessoria	16.902	127.091	64.482	6.598	72.913	(1.275)
Translovato	87.512	354.205	385.891	86.491	(30.665)	(11.706)
Translag	3.831	12.709	16.754	5.027	(5.241)	(246)
Diálogo	68.328	94.758	135.542	66.506	(38.962)	(5.407)

Controladora (reapresentado)						
Em 31 de março de 2025	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Resultado
Transeich Assessoria	12.124	83.979	13.352	2.452	80.299	(565)
Translovato	81.576	302.041	337.689	42.951	2.977	(22.963)
Translag	7.167	24.510	31.785	1.333	(1.441)	(217)
Diálogo	58.436	75.750	152.781	9.157	(27.752)	(3.323)

15 Imobilizado

								Controladora
	Em 1º de janeiro de 2026	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	Baixas da depreciação	Impairment (i)	Em 31 de março 2026
Máquinas e equipamentos	5.058	26	(69)	(247)	-	22	-	4.790
Veículos e tratores	81.913	1.528	(13.166)	(1.644)	-	7.096	2.702	78.429
Móveis e utensílios	864	21	-	(56)	-	(1)	-	828
Computadores e periféricos	1.364	558	-	(149)	-	-	-	1.773
Edificações	3.058	-	-	(47)	-	-	-	3.011
Embalagens para transporte	23	-	-	(7)	-	-	-	16
Imobilizações em andamento	175	-	-	-	(175)	-	-	-
Benfeitorias em imóveis de terceiros	704	135	(129)	(94)	-	57	71	744
Total	93.159	2.268	(13.364)	(2.244)	(175)	7.174	2.773	89.591

								Controladora
	Em 1º de janeiro de 2025	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	Baixas da depreciação	Impairment (i)	Em 31 de março 2025
Máquinas e equipamentos	7.779	-	-	(137)	-	-	-	7.642
Veículos e tratores	107.195	-	(1.811)	(2.583)	-	1.708	(984)	103.525
Móveis e utensílios	1.200	-	-	(70)	-	-	-	1.130
Computadores e periféricos	1.444	-	-	(185)	-	-	-	1.259
Edificações	5.219	-	-	(73)	-	-	-	5.146
Embalagens para transporte	51	-	-	(7)	-	-	-	44
Imobilizações em andamento	-	124	-	-	-	-	-	124
Benfeitorias em imóveis de terceiros	2.041	11	-	(196)	-	-	-	1.856
Total	124.929	135	(1.811)	(3.251)	-	1.708	(984)	120.726

- (i) A Companhia mantém provisão para perda por redução ao valor recuperável (impairment) sobre veículos e maquinários florestais, constituída em exercícios anteriores com base em avaliações técnicas que indicaram redução do valor recuperável desses ativos. Durante o período findo em 31 de março de 2026, em decorrência da venda de parte desses bens, houve reversão proporcional da provisão anteriormente reconhecida, refletindo a baixa contábil dos respectivos ativos.

								Consolidado
	Em 1º de janeiro de 2026	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	Baixas da depreciação	Impairment (i)	Em 31 de março 2026
Máquinas e equipamentos	10.211	246	(69)	(723)	-	23	-	9.688
Veículos e tratores	104.757	4.020	(13.166)	(1.923)	-	7.095	2.702	103.485
Móveis e utensílios	2.415	60	-	(127)	-	(1)	-	2.347
Computadores e periféricos	2.758	573	-	(295)	-	-	-	3.036
Edificações	3.057	-	-	(47)	-	-	-	3.010
Embalagens para transporte	23	-	-	(7)	-	-	-	16
Imobilizações em andamento	853	167	-	-	(569)	-	-	451
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5.773	334	(137)	(596)	394	60	71	5.899
Total	129.847	5.400	(13.372)	(3.718)	(175)	7.177	2.773	127.932

								Consolidado
	Em 1º de janeiro de 2025	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	Baixas da depreciação	Impairment (i)	Em 31 de março 2025
Máquinas e equipamentos	13.280	27	-	(585)	-	-	-	12.722
Veículos e tratores	131.893	-	(1.989)	(2.934)	-	1.886	(983)	127.873
Móveis e utensílios	2.816	46	-	(140)	-	-	-	2.722
Computadores e periféricos	3.122	35	-	(406)	-	-	-	2.751
Edificações	5.277	-	-	(85)	-	-	-	5.192
Embalagens para transporte	51	-	-	(7)	-	-	-	44
Imobilizações em andamento	1.655	125	-	-	-	-	-	1.780
Benfeitorias em imóveis de terceiros	7.937	14	-	(642)	-	-	-	7.309
Total	166.031	247	(1.989)	(4.799)	-	1.886	(983)	160.393

- (ii) A Companhia mantém provisão para perda por redução ao valor recuperável (impairment) sobre veículos e maquinários florestais, constituída em exercícios anteriores com base em avaliações técnicas que indicaram redução do valor recuperável desses ativos. Durante o período findo em 31 de março de 2026, em decorrência da venda de parte desses bens, houve reversão proporcional da provisão anteriormente reconhecida, refletindo a baixa contábil dos respectivos ativos.

a. Revisão do método de depreciação, vida útil e valor residual

Conforme descrito na nota explicativa 5.9, em 2025 a Administração revisou a vida útil e valor residual estimado de certos veículos e equipamentos.

b. Ativos dados em garantia

Em 31 de março de 2026, estoques, veículos, tratores, imóveis estão em garantia na modalidade de alienação fiduciária para empréstimos bancários e consórcios (ver nota explicativa 18).

c. Redução ao valor recuperável

Os ativos imobilizados da Companhia e suas controladas tem os seus valores recuperáveis analisados, no mínimo, anualmente, de forma a verificar se há indicadores de que determinados ativos poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável.

16 Intangível

a. Composição dos saldos

	Controladora	
	31/03/2026	31/12/2025
Software	34.432	35.090
	34.432	35.090
	Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025
Software	51.111	50.883
Ágio na aquisição de subsidiárias	130.168	130.168
Carteira de clientes	5.521	6.034
Direito de uso de marca	2.494	2.643
	189.294	189.728

b. Detalhamento do saldo por empresa

Consolidado					
		Ágio na aquisição de subsidiárias	Carteira de clientes	Direito de uso de marca	Total
Em 31 de março de 2026	Software				
BBM	34.432	-	-	-	34.432
Transeich Assessoria	13	30.438	-	-	30.451
Translovato	6.096	29.583	440	1.032	37.151
Translag	-	18.172	210	425	18.807
Diálogo	10.570	51.975	4.871	1.037	68.453
	51.111	130.168	5.521	2.494	189.294
		Ágio na aquisição de subsidiária	Carteira de clientes	Direito de uso de marca	Total
Em 31 de dezembro de 2025	Software				
BBM	35.090	-	-	-	35.090
Transeich Assessoria	15	30.438	-	-	30.453
Translovato	5.919	29.583	474	1.102	37.078
Translag	-	18.172	217	449	18.838
Diálogo	9.859	51.975	5.343	1.092	68.269
	50.883	130.168	6.034	2.643	189.728

c. Movimentação dos saldos

					Controladora
	Em 1º de janeiro de 2026	Aquisição no período	(-) Amortização	Transferências	Em 31 de março de 2026
Software	35.090	1.050	(1.883)	175	34.432
Total	35.090	1.050	(1.883)	175	34.432

					Em 31 de março de 2025
	Em 1º de janeiro de 2025	Aquisição no período	(-) Amortização	Transferências	
Software	41.257	312	(2.016)	-	39.553
Total	41.257	312	(2.016)	-	39.553

					Consolidado
	Em 1º de janeiro de 2026	Aquisição no período	(-) Amortização	Transferências	Em 31 de março de 2026
Software	50.883	2.543	(2.490)	175	51.111
Ágio	130.168	-	-	-	130.168
Carteira de clientes	6.034	-	(513)	-	5.521
Direito de uso de marca	2.643	-	(149)	-	2.494
Total	189.728	2.543	(3.152)	175	189.294

					Em 31 de março de 2025
	Em 1º de janeiro de 2025	Aquisição no período	(-) Amortização	Transferências	
Software	55.375	909	(2.507)	-	53.718
Ágio	130.168	-	-	-	130.168
Carteira de clientes	8.080	-	(511)	-	7.569
Direito de uso de marca	3.242	-	(149)	-	3.093
Acordo de não concorrência	376	-	(110)	-	266
Total	197.241	909	(3.277)	-	194.814

d. Redução ao valor recuperável

A Administração não reconheceu perda de valor recuperável dos ativos intangíveis no período findo em 31 de março de 2026.

17 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Fornecedores nacionais (i)	107.355	102.761	197.455	187.856
Frete a pagar	3.057	2.562	24.417	24.226
	110.412	105.323	221.872	212.082

- (i) Fornecedores nacionais compreendem todos os fornecedores situados no território nacional, abrangendo diferentes tipos de contratações, incluindo principalmente prestadores de serviços, tais como: manutenção, tecnologia, consultoria financeira e jurídica, entre outros, bem como fornecedores de insumos operacionais e materiais administrativos. Em 31 de março de 2026, parcela relevante do saldo em aberto referia-se a obrigações abrangidas pelo Plano de Recuperação Extrajudicial da Companhia. Subsequentemente ao encerramento do período, em junho de 2026, o referido plano foi homologado, passando essas obrigações a observar os prazos e as condições de pagamento nele estabelecidos.

Os valores incluem a atualização de juros e multas incidentes sobre atrasos nos pagamentos, reconhecidos conforme a competência contábil.

18 Empréstimos e financiamentos

Os saldos mantidos como empréstimos e financiamentos, em moeda nacional, são referentes a captação de linhas de capital de giro, principalmente para investimentos em projetos de tecnologia e suprir as necessidades de caixa da Companhia.

a. Composição

								Controladora	
Modalidade	Encargos anuais médios		Passivo circulante		Passivo não circulante		Total		
Em moeda nacional	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025	
Capital de giro (i)	18,72%	17,08%	243.819	243.714	-	-	243.819	243.714	
Cessão de créditos (ii)	23,59%	27,38%	26.641	16.384	-	-	26.641	16.384	
			270.460	260.098	-	-	270.460	260.098	

								Consolidado	
Modalidade	Encargos anuais médios		Passivo circulante		Passivo não circulante		Total		
Em moeda nacional	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025	
Capital de giro (i)	18,72%	17,08%	249.140	250.547	-	-	249.140	250.547	
Cessão de créditos (ii)	26,51%	27,38%	52.504	35.040	-	-	52.504	35.040	
			301.644	285.587	-	-	301.644	285.587	

- (i) Em 31 de março de 2026, parcela relevante do saldo em aberto referia-se a obrigações abrangidas pelo Plano de Recuperação Extrajudicial da Companhia. Subsequentemente ao encerramento do período, em junho de 2026, o referido plano foi homologado, passando essas obrigações a observar os prazos e as condições de pagamento nele estabelecidos;
- (ii) No período findo em 31 de março de 2026 a Companhia realizou transações de cessão de créditos com coobrigação, em que transfere a propriedade dos títulos de contas a receber de clientes (nota explicativa 9) para as instituições financeiras e recebe antecipadamente o valor do contas a receber, descontado dos juros da transação.

b. Movimentação

	Controladora	Consolidado
Em 1º de janeiro de 2026	260.098	285.587
Captação	56.630	143.481
Encargos financeiros	8.394	10.322
Amortização – principal	(51.368)	(132.726)
Pagamento - juros e variações (*)	(3.294)	(5.020)
Em 31 de março de 2026	270.460	301.644

	Controladora	Consolidado
Em 1º de janeiro de 2025	235.048	259.903
Captação	59.484	139.058
Custo de captação	-	(245)
Encargos financeiros	9.346	11.888
Amortização – principal	(52.402)	(120.367)
Pagamento - juros e variações (*)	(4.877)	(7.284)
Em 31 de março de 2025	246.599	282.953

(*) Na demonstração de fluxo de caixa, os juros pagos estão apresentados no fluxo de caixa das atividades de financiamento de acordo com a política da Administração.

c. Vencimentos

A Controladora e suas controladas não possuem saldos classificados no passivo não circulante no período findo em 31 de março de 2026 e exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Em 31 de março de 2026, veículos, tratores e imóveis estão dados em garantia na modalidade de alienação fiduciária para empréstimos bancários. O montante de empréstimos e financiamentos garantidos por esses bens é de R\$ 104.680 em 31 de março de 2026 (R\$ 124.722 em 31 de dezembro de 2025).

No período findo em 31 de março de 2026, a Administração avaliou as condições dos passivos financeiros e concluiu que não houve modificação substancial.

d. Covenants

Em decorrência do descumprimento de um *covenant* (com vencimento não automático) das debêntures (*cross default*) calculado semestralmente, a Companhia reclassificou desde 30 de junho de 2024, as parcelas de empréstimos bancários do não circulante para o circulante, que em 31 de março de 2026 totalizam R\$ 42.797 (R\$ 55.614 em 31 de dezembro de 2025).

19 Debêntures

a) Composição

Descrição	Controladora e Consolidado					
	Circulante		Não circulante		Total	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Principal	189.699	189.699	-	-	189.699	189.699
Custo de emissão	(3.408)	(3.093)	-	-	(3.408)	(3.093)
Juros	83.575	70.014	-	-	83.575	70.014
	269.866	256.620	-	-	269.866	256.620

Em 31 de março de 2026, o saldo em aberto referia-se a obrigações abrangidas pelo Plano de Recuperação Extrajudicial da Companhia. Subsequentemente ao encerramento do período, em junho de 2026, o referido plano foi homologado, passando essas obrigações a observar os prazos e as condições de pagamento nele estabelecidos.

b) Movimentação

	Controladora e Consolidado
Em 31 de dezembro de 2025	256.620
Custo com renegociação (*)	(315)
Juros e custo da transação apropriados	13.561
Em 31 de março de 2026	269.866
Em 31 de dezembro de 2024	203.848
Custo com renegociação (*)	(596)
Juros e custo da transação apropriados	7.723
Em 31 de março de 2025	210.975

(*) Na demonstração de fluxo de caixa, os juros pagos estão apresentados no fluxo de caixa das atividades de financiamento de acordo com a política da Administração.

c) Vencimentos (*)

	Controladora e Consolidado					
	Circulante		Não circulante		Total	
Ano	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
2024	273.274	259.713	-	-	273.274	259.713
	273.274	259.713	-	-	273.274	259.713

(*) Não inclui custos de emissão.

3ª emissão de debêntures – Garantias e reestruturação financeira

As debêntures são da espécie com garantia real, na forma disposta pelo artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações. A garantia é a cessão fiduciária de todos os direitos creditórios decorrentes do contrato com o cliente CMPC Celulose Riograndense Ltda., além de garantia real perfazendo 60% do total da emissão composto pela alienação fiduciária de 100% das cotas da subsidiária Diálogo Logística Inteligente, alienação fiduciária de veículos e penhor de estoques.

No período findo em 31 de março de 2026, a Administração avaliou as condições dos passivos financeiros e concluiu que não houve modificação substancial.

d) Covenants

A Companhia reclassificou, desde 30 de junho de 2024, as parcelas de debêntures do não circulante para o circulante pelo descumprimento de um *covenant* financeiro calculado semestralmente relacionado a dívida líquida sobre o EBITDA LTM (com vencimento não automático), que em 31 de março de 2026 totalizam R\$ 80.832 (R\$ 81.118 em 31 de dezembro de 2025).

20 Arrendamentos

Os passivos de arrendamento são reconhecidos pelo valor presente dos seus fluxos de pagamento à taxa incremental de desconto da Companhia, em contrapartida ao ativo de direito de uso.

As taxas (a.a.) utilizadas para o cálculo, estão conforme abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	Contratos firmados a partir de 1º de julho de 2023	Contratos firmados a partir de 1º de julho de 2024
Contratos		
Veículos	16,86%	19,58%
Imóveis	15,87%	19,14%
Equipamentos	16,80%	23,93%

	Controladora	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2025	42.187	82.184
Novos contratos e adições (i)	544	19.954
Baixa*	-	(106)
Juros apropriados	814	3.324
Pagamentos de juros	(814)	(3.324)
Pagamentos realizados	(5.666)	(15.001)
Em 31 de março de 2026	37.065	87.031
Circulante	31.827	61.314
Não circulante	5.238	25.717

	Controladora	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2024	63.772	119.451
Novos contratos e adições (i)	2.906	13.949
Baixas	(318)	(320)
Juros apropriados	1.010	3.063
Pagamentos de juros	(1.010)	(3.063)
Pagamentos realizados	(4.082)	(12.840)
Em 31 de março de 2025	62.278	120.240
Circulante	54.985	87.770
Não circulante	7.293	32.470

- (i) As adições e baixas decorrem, essencialmente, de repactuações nos contratos de arrendamento existentes e, portanto, são consideradas como transações que não afetam caixa (vide nota explicativa 13).

Os créditos de PIS / COFINS sobre os valores a pagar pelos arrendamentos não foram deduzidos dos correspondentes ativos de direitos de uso. Por ocasião do pagamento das contraprestações dos contratos de arrendamento, os referidos créditos são reconhecidos em contrapartida das despesas de depreciação e despesas financeiras. A seguir é apresentado quadro indicativo do direito potencial de PIS / COFINS a recuperar embutido na contraprestação vincendas de arrendamento/locação, conforme os períodos previstos para pagamento. Saldos não descontados e saldos descontados a valor presente:

31/03/2026			Controladora		Consolidado	
Tipo de arrendador	Valor presente	Valor nominal	PIS / COFINS potencial	Valor presente	Valor nominal	PIS / COFINS potencial
Pessoa física	297	318	-	297	318	-
Pessoa jurídica	36.768	41.385	3.828	86.734	99.383	9.193
	37.065	41.703	3.828	87.031	99.701	9.193

31/12/2025			Controladora		Consolidado	
Tipo de arrendador	Valor presente	Valor nominal	PIS / COFINS potencial	Valor presente	Valor nominal	PIS / COFINS potencial
Pessoa física	302	327	-	302	327	-
Pessoa jurídica	41.885	45.405	4.200	81.882	91.120	8.429
	42.187	45.732	4.200	82.184	91.447	8.429

21 Obrigações sociais

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Provisão de férias	6.107	6.576	15.799	17.745
Provisão para participação nos lucros	-	1.322	2	2.015
Ordenados e salários	2.834	2.203	11.719	7.733
INSS a pagar	5.641	1.810	10.958	9.557
Provisão de 13º salário	1.829	1.406	4.705	3.803
Encargos s/ provisão férias e 13º salário	1.782	2.367	3.226	4.257
FGTS a recolher	-	-	688	97
	19.270	15.684	50.147	45.207
Circulante	18.915	15.329	49.792	44.852
Não circulante	355	355	355	355

INSS: Instituto Nacional do Seguro Social;
FGTS: Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

22 Obrigações fiscais

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
PIS/COFINS a recolher	75.733	73.997	153.196	147.560
ICMS a recolher	4.356	5.654	28.507	56.603
CPRB a recolher	31.862	30.598	66.591	61.785
Impostos retidos	34.298	47.661	84.235	85.527
ISS a recolher	1.585	1.597	3.392	3.416
IOF a recolher	4.914	4.354	11.465	8.517
Outros impostos a recolher	16	245	1.425	1.454
Total	152.764	164.106	348.811	364.862

23 Parcelamento de tributos

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
PIS / COFINS/ CPRB e PERT (a)	27.828	14.732	93.192	80.848
ICMS (b)	71.482	70.573	181.812	147.836
	99.310	85.305	275.004	228.684
Circulante	22.179	19.243	76.383	68.110
Não circulante	77.131	66.062	198.621	160.574

- a) A Companhia apresenta saldo de parcelamentos de tributos federais da Controladora e de suas controladas no montante de R\$ 27.828 na Controladora e R\$ 93.192 no consolidado. Os tributos contemplados nos parcelamentos foram PIS, COFINS, INSS, CPRB, IRPJ, CSLL e impostos retidos;
- b) A Companhia realizou parcelamentos de tributos estaduais da Controladora e de suas controladas, totalizando um saldo remanescente de R\$ 71.482 na Controladora e R\$ 181.812 no consolidado. No período findo em 31 de março de 2026, o saldo remanescente do montante parcelado nas controladas corresponde a: 1) R\$ 82.510 na Translovato, 2) R\$ 1.302 na Translag e 3) R\$ 26.518 na empresa Diálogo.

24 Contas a pagar por aquisição de controladas

a. Composição dos saldos a valor justo

	Controladora e consolidado	
	Circulante	
	31/03/2026	31/12/2025
Translovato (a)	15.803	15.335
Translag (b)	9.243	8.968
Diálogo (c)	22.931	22.249
	47.977	46.552

- (a) Valor composto por parcelas mensais vencidas em 2024, atualizadas pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), apurada entre a data de fechamento da operação e as datas de pagamento de cada parcela. Em 31 de março de 2026, os valores permaneciam sem liquidação em decorrência do pedido de recuperação extrajudicial da Companhia. Em evento subsequente, em junho de 2026, o plano de recuperação extrajudicial foi homologado, passando essas obrigações a observar as condições previstas no plano homologado;

- (b) Valor referente à terceira parcela da aquisição da controlada Translag, atualizada pela variação do CDI, apurada entre a data de fechamento da operação e a data de pagamento da parcela. O montante foi retido como garantia das obrigações dos vendedores quanto à indenização à Companhia por “Perdas Materializadas” e “Perdas Potenciais”, conforme previsto no contrato de compra e venda. Em 31 de março de 2026, os valores permaneciam sem liquidação em decorrência do pedido de recuperação extrajudicial da Companhia. Em evento subsequente, em junho de 2026, o plano de recuperação extrajudicial foi homologado, passando essas obrigações a observar as condições previstas no plano homologado;
- (c) Valor referente à terceira parcela da contraprestação contingente (earn-out), vencida em 2024, atualizada pela variação do CDI, apurada entre a data de fechamento da operação e a data prevista para pagamento. Em 31 de março de 2026, os valores permaneciam sem liquidação em decorrência do pedido de recuperação extrajudicial da Companhia. Em evento subsequente, em junho de 2026, o plano de recuperação extrajudicial foi homologado, passando essas obrigações a observar as condições previstas no plano homologado.

b. Vencimento das parcelas

Ano	Circulante	
	31/03/2026	31/12/2025
2024	47.977	46.552
	47.977	46.552

25 Outras contas a pagar

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Adiantamento de clientes (a)	18.912	20.087	22.520	22.714
Comissões a pagar (b)	6.224	5.896	6.224	5.896
Reembolsos diversos	2.869	2.869	2.869	2.869
Indenização de carga a pagar	3	-	3.532	3.268
Repom – limite (c)	-	-	9.705	10.426
Outras contas a pagar	1.711	1.633	3.073	2.085
Total	29.719	30.485	47.923	47.258
Circulante	29.163	29.763	47.367	46.536
Não circulante	556	722	556	722

- (a) Referem-se substancialmente ao valor presente de adiantamento de cliente recebido a ser compensado em parcelas mensais, vencíveis até 2028, com o produto da prestação de serviços ao referido cliente. Em adição à garantia de alienação fiduciária das máquinas adquiridas pela Companhia com os recursos do adiantamento, há requerimento de manutenção de certos indicadores financeiros a serem mantidos pela BBM e avaliados em bases trimestrais. Em 31 de março de 2026 os indicadores encontram-se excedidos e, desta forma, o saldo do adiantamento foi reclassificado para o passivo circulante, atendendo a norma contábil.

Não obstante a reclassificação antes mencionada, a Administração entende que a liquidação do contrato ocorrerá ao longo da prestação dos serviços regulares, no prazo originalmente previsto, tendo em vista que não há interesse em efetivamente antecipar o vencimento, uma vez que isto prejudicaria os serviços de colheita florestal e, por consequência, o negócio de ambas as partes envolvidas. Cabe ainda salientar que não há risco de cross covenant dos contratos financeiros de debêntures e empréstimos da Companhia na medida em que este contrato não é uma obrigação financeira, e sim um acordo comercial;

- (b) Comissão referente a administração da carteira de clientes, gestão comercial e operacional do negócio no Uruguai;
- (c) Repom refere-se ao meio de pagamento eletrônico mandatório para o pagamento dos motoristas freteiros e agregados. O montante se refere ao saldo necessário para cobrir os saques efetuados pelos motoristas em suas contas no Repom.

26 Provisões para processos judiciais e Depósitos em garantia**a. Composição**

	Controladora			Consolidado		
	Provisão	Depósitos em garantia	Líquido	Provisão	Depósitos em garantia	Líquido
31/03/2026						
Ações fiscais	5.682	-	5.682	19.857	-	19.857
Ações cíveis	2.390	-	2.390	2.992	-	2.992
Ações trabalhistas	32.245	5.002	27.243	40.121	7.388	32.733
	40.317	5.002	35.315	62.970	7.388	55.582

	Controladora			Consolidado		
	Provisão	Depósitos em garantia	Líquido	Provisão	Depósitos em garantia	Líquido
31/12/2025						
Ações fiscais	5.626	-	5.626	19.800	-	19.800
Ações cíveis	1.887	-	1.887	2.474	-	2.474
Ações trabalhistas	32.286	4.074	28.212	40.821	6.072	34.749
	39.799	4.074	35.725	63.095	6.072	57.023

b. Movimentação dos saldos

	Controladora				31/03/2026
	31/12/2025	Adições	Pagamentos	Reversões	
Ações fiscais	5.626	56	-	-	5.682
Ações cíveis	1.887	670	(146)	(21)	2.390
Ações trabalhistas	32.286	1.107	(595)	(553)	32.245
	39.799	1.833	(741)	(574)	40.317

	Controladora				31/03/2026
	31/12/2025	Adições	Pagamentos	Reversões	
Ações fiscais	784	1.924	-	-	2.708
Ações cíveis	1.064	44	-	(11)	1.097
Ações trabalhistas	35.676	1.311	(529)	(722)	35.736
	37.524	3.279	(529)	(733)	39.541

	Consolidado				31/03/2026
	31/12/2025	Adições	Pagamentos	Reversões	
Ações fiscais	19.800	57	-	-	19.857
Ações cíveis	2.474	689	(147)	(24)	2.992
Ações trabalhistas	40.821	2.117	(1.868)	(949)	40.121
	63.095	2.863	(2.015)	(973)	62.970

	Consolidado				31/03/2025
	31/12/2024	Adições	Pagamentos	Reversões	
Ações fiscais	8.607	3.707	-	-	12.314
Ações cíveis	1.635	46	(3)	(25)	1.653
Ações trabalhistas	48.149	2.291	(1.091)	(996)	48.353
	58.391	6.044	(1.094)	(1.021)	62.320

A Companhia e suas controladas são parte em ações de naturezas tributária, trabalhista e cível, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como prováveis, possíveis e remotas, com base na avaliação de seus consultores jurídicos. O valor total das ações classificadas como possíveis em 31 de março de 2026, na Controladora, para as quais não há provisão constituída é de R\$ 94.670 (R\$ 75.365 em 31 de dezembro de 2025) e no Consolidado R\$ 148.077 (R\$ 136.015 em 31 de dezembro de 2025). As naturezas das ações são as seguintes:

Tipo	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Tributária	1.016	1.016	8.480	8.480
Cível	22.323	11.031	27.510	26.046
Trabalhista	71.331	63.318	112.087	101.489
Total	94.670	75.365	148.077	136.015

Contingências trabalhistas

Consistem principalmente em verbas relacionadas a jornada de trabalho (horas extraordinárias e intervalos), adicionais e indenizações.

Contingências tributárias

Consistem, essencialmente, em questionamentos acerca de dívidas tributárias decorrentes direta ou indiretamente de uma ação cautelar fiscal ajuizada pela União Federal, por meio da qual pretende-se imputar à Companhia uma suposta responsabilidade por débitos tributários exigidos em antigas Execuções Fiscais, nas quais a Companhia não é parte.

Assim a Companhia está tomando todas as medidas necessárias em sua defesa, sendo que os assessores jurídicos classificam a chance de perda na cautelar fiscal como possível com tendência a remota.

Contingências cíveis

As contingências cíveis estão relacionadas, essencialmente, a ações indenizatórias decorrentes de acidente de trânsito e divergência contratuais pontuais.

27 Patrimônio líquido

a. Capital social

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social, até o limite de R\$ 800.000 mediante a emissão de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará as condições da emissão, inclusive preço e prazo de subscrição e integralização.

Em 31 de março de 2026, o capital social, totalmente subscrito e integralizado, é representado por 40.760.818 ações (40.760.818 ações em 31 de dezembro de 2025), totalizando R\$ 102.490 (R\$ 102.490 em 31 de dezembro de 2025).

A participação dos acionistas no capital social da Companhia é assim demonstrada:

	Ações ordinárias	(%)	Ações ordinárias	(%)
Acionistas	31/03/2026		31/12/2025	
Stratus SCP Coinvestimentos I - Fundo de Investimento em Participações - Multiestratégia	26.739.595	65,60%	26.739.595	65,60%
Marcos Egídio Battistella	11.685.287	28,67%	11.685.287	28,67%
Juarez Luiz Nicolotti	2.335.936	5,73%	2.335.936	5,73%
	40.760.818	100%	40.760.818	100%

b. Reservas de lucros

Reserva legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

c. Dividendos

O Estatuto Social vigente determina a distribuição aos acionistas de dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 32 do Estatuto Social, ajustado na forma do artigo 202 da Lei 6.404 / 76. De acordo com o Estatuto Social da Companhia, a Assembleia Geral poderá deliberar pela não distribuição do dividendo mínimo obrigatório.

28 Resultado por ação

O resultado por ação básico e diluído é calculado por meio da divisão do resultado atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e quantidade de ações utilizados no cálculo do prejuízo básico e diluído por ação e para cada um dos períodos apresentados na demonstração de resultados:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Prejuízo do período	(52.777)	(43.812)	(52.777)	(43.812)
Prejuízo por ação básico:				
Média das ações ordinárias disponíveis (em unidades)	40.760.818	40.760.818	40.760.818	40.760.818
Prejuízo por ação básico (em R\$)	(1,2948)	(1,0749)	(1,2948)	(1,0749)
Prejuízo por ação diluído:				
Média das ações ordinárias disponíveis (em unidades)	40.760.818	40.760.818	40.760.818	40.760.818
Prejuízo por ação diluído (em R\$)	(1,2948)	(1,0749)	(1,2948)	(1,0749)

29 Gerenciamento do capital

A política da Administração é a de manter uma estrutura de capital de forma a garantir o desenvolvimento sustentável do negócio e continuar a ter a confiança dos credores e do mercado.

A Administração, diante dos desafios já relatados na nota explicativa 3, não vem medindo esforços para manter o equilíbrio entre níveis de alavancagem e uma posição de capital adequado. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

30 Imposto de Renda e Contribuição Social

a. Imposto de renda e contribuição social correntes a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Imposto de renda a recuperar (i)	1.606	1.606	12.070	11.820
Contribuição social sobre o lucro líquido (i)	116	116	2.970	2.967
	1.722	1.722	15.040	14.787
Circulante	-	-	13.063	12.810
Não circulante (ii)	1.722	1.722	1.977	1.977

(i) O saldo de imposto de renda e contribuição social a recuperar é composto, principalmente, por saldos negativos de IRPJ e CSLL. Dentre esses valores, destacam-se os créditos decorrentes da exclusão de créditos presumidos de ICMS da base de cálculo do IRPJ e da CSLL pela controlada Diálogo, relativos aos exercícios de 2018 a 2022, cujo saldo remanescente é de R\$ 4.190, e os saldos negativos de IRPJ e CSLL apurados pela controlada Translovato, no montante de R\$ 8.407.

- (ii) A parcela do imposto de renda e contribuição social a recuperar classificada no não circulante é originária da incorporação da Transeich Armazéns Gerais S.A. Estes valores estão passando por processo administrativo com o intuito de compensação com débitos da controladora. Os valores foram mantidos no ativo não circulante devido à incerteza do momento de disponibilidade para uso.

Incerteza sobre tratamentos fiscais

A Companhia reconheceu créditos com base em jurisprudência de matérias tributárias. Considerando as práticas de mercado e posições de consultorias e advogados sobre tais temas a Administração decidiu pelo aproveitamento administrativo dado que considerou positiva a possibilidade de defesa administrativa ou judicial, classificada como possível.

b. Imposto de renda e a contribuição social correntes a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
IR/CSLL a recolher	1.465	1.443	3.019	2.989
	1.465	1.443	3.019	2.989

c. Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal dos ativos e passivos e os seus respectivos valores contábeis.

Os saldos de imposto de renda e a contribuição social diferidos reconhecidos têm a seguinte origem:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Ativo não circulante				
Prejuízos fiscais a compensar	276.722	267.446	348.416	336.167
Provisão contingências	13.708	13.532	21.409	21.452
Provisões para custos	5.132	5.517	12.069	11.385
Provisão para participação dos lucros	-	449	-	685
Provisão para comissões	2.117	2.005	2.117	2.005
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	752	514	1.349	1.234
Provisão para honorários advocatícios	91	91	1.870	1.617
Contratos de arrendamento	10.307	9.987	15.922	14.834
Provisões de encargos financeiros	18.424	14.747	24.639	19.625
Perda por impairment do imobilizado	5.928	6.871	5.998	6.941
(-) Redução ao valor recuperável dos impostos diferidos	(94.558)	(85.282)	(107.075)	(94.799)
Outras diferenças temporárias	212	107	2.571	2.218
	238.835	235.984	329.285	323.364
Passivo não circulante				
Intangível gerado em combinação de negócios	-	-	(2.775)	(3.013)
Diferença entre a depreciação fiscal e societária	(13.307)	(13.694)	(10.701)	(11.158)
Outras diferenças temporárias	(1.312)	(1.312)	(1.312)	(1.312)
	(14.619)	(15.006)	(14.788)	(15.483)
Ativo fiscal diferido líquido	224.216	220.978	314.497	307.881

A movimentação do imposto diferido está apresentada da seguinte forma:

	Controladora			Consolidado		
	Em 1º de janeiro de 2026	Reconhecido no resultado	Em 31 de março de 2026	Em 1º de janeiro de 2026	Reconhecido no resultado	Em 31 de março de 2026
Ativo não circulante						
Prejuízos fiscais a compensar	267.446	9.276	276.722	336.167	12.249	348.416
Provisão contingências	13.532	176	13.708	21.452	(43)	21.409
Provisões para custos	5.517	(385)	5.132	11.385	684	12.069
Provisão para participação dos lucros	449	(449)	-	685	(685)	-
Provisão para comissões	2.005	112	2.117	2.005	112	2.117
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	514	238	752	1.234	115	1.349
Provisão para honorários advocatícios	91	-	91	1.617	253	1.870
Contratos de arrendamento	9.987	320	10.307	14.834	1.088	15.922
Provisões de encargos financeiros	14.747	3.677	18.424	19.625	5.014	24.639
Perda por impairment do imobilizado	6.871	(943)	5.928	6.941	(943)	5.998
(-) Redução ao valor recuperável dos impostos diferidos	(85.282)	(9.276)	(94.558)	(94.799)	(12.276)	(107.075)
Outras diferenças temporárias	107	105	212	2.218	353	2.571
	235.984	2.851	238.835	323.364	5.921	329.285
Passivo não circulante						
Intangível gerado em combinação de negócios	-	-	-	(3.013)	238	(2.775)
Diferença entre a depreciação fiscal e societária	(13.694)	387	(13.307)	(11.158)	457	(10.701)
Outras diferenças temporárias	(1.312)	-	(1.312)	(1.312)	-	(1.312)
	(15.006)	387	(14.619)	(15.483)	695	(14.788)
Ativo fiscal diferido líquido	220.978	3.238	224.216	307.881	6.616	314.497

	Controladora (reapresentado)			Consolidado (reapresentado)		
	Em 1º de janeiro de 2025	Reconhecido no resultado	Em 31 de março de 2025	Em 1º de janeiro de 2025	Reconhecido no resultado	Em 31 de março de 2025
Ativo não circulante						
Prejuízos fiscais a compensar	234.367	15.810	250.177	273.996	25.816	299.812
Provisão contingências	12.758	686	13.444	19.853	1.336	21.189
Provisões para custos	10.552	(4.090)	6.462	19.240	(6.674)	12.566
Provisão para comissões	703	295	998	703	295	998
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	681	42	723	1.231	155	1.386
Provisão para honorários advocatícios	91	-	91	1.957	(903)	1.054
Contratos de arrendamento	9.047	181	9.228	13.043	477	13.520
Provisões de encargos financeiros	1.375	1.285	2.660	2.341	2.429	4.770
Perda por impairment do imobilizado	8.876	335	9.211	8.912	334	9.246
(-) Redução ao valor recuperável dos impostos diferidos (i)	-	(15.810)	(15.810)	(6.952)	(25.877)	(32.829)
Outras diferenças temporárias	99	95	194	2.255	117	2.372
	278.549	(1.171)	277.378	336.579	(2.495)	334.084
Passivo não circulante						
Intangível gerado em combinação de negócios	-	-	-	(4.184)	(972)	(5.156)
Diferença entre a depreciação fiscal e societária	(36.658)	(1.618)	(38.276)	(34.559)	(1.548)	(36.107)
Outras diferenças temporárias	(1.312)	-	(1.312)	(1.312)	-	(1.312)
	(37.970)	(1.618)	(39.588)	(40.055)	(2.520)	(42.575)
Ativo fiscal diferido líquido	240.579	(2.789)	237.790	296.524	(5.015)	291.509

(i) Ver nota explicativa 1.1.

O Grupo reconhece créditos tributários diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias na medida em que entende ser provável a existência de lucros tributáveis futuros suficientes para sua realização. No período findo em 31 de março de 2026, não foram considerados créditos de impostos diferidos das controladas Transeich e Translag, em função da ausência de expectativa de consumo dos prejuízos fiscais.

A recuperabilidade desses créditos é revisada periodicamente pela Administração com base em projeções de resultados tributáveis futuros. No período findo em 31 de março de 2026, a Administração revisou as premissas utilizadas nessa avaliação, incluindo os efeitos da reapresentação das informações comparativas do período findo em 31 de março de 2025 descritas na nota explicativa 1.1. Como resultado dessa revisão e das projeções econômico-financeiras atualizadas, foi constituída provisão para redução ao valor recuperável sobre a parcela considerada não recuperável dos créditos tributários diferidos, incluindo valores relacionados às controladas Transeich e Translag.

A Administração considerou que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias, serão realizados quando as provisões e as demais diferenças temporárias se tornarem dedutíveis.

As projeções utilizadas para avaliação da recuperabilidade desses ativos contemplam, entre suas premissas, a potencial utilização de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social no âmbito da transação tributária atualmente em negociação junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) conforme descrito na nota explicativa 3. A proposta apresentada contempla, entre outros aspectos, a utilização de prejuízos fiscais e bases negativas para liquidação parcial de débitos tributários, observadas as condições previstas na legislação aplicável. Considerando o estágio atual das tratativas e das análises conduzidas pela PGFN, a Administração mantém expectativa de conclusão do processo durante o exercício de 2026.

d. Reconciliação da taxa efetiva

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
		(reapresentado)		(reapresentado)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(56.015)	(66.634)	(59.393)	(64.408)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais de 25% e 9%	19.045	22.656	20.194	21.899
Adições/exclusões permanentes				
Resultado de equivalência patrimonial	(6.492)	(9.834)	-	-
Amortização mais valia de ativos	-	-	-	(1.201)
(-) Redução ao valor recuperável dos impostos diferidos (i)	(9.276)	(15.810)	(12.276)	(25.877)
Outras adições/exclusões permanentes	(39)	199	(1.302)	164
Total do imposto de renda e contribuição social	3.238	(2.789)	6.616	(5.015)
Diferido	3.238	(2.789)	6.616	(5.015)
	3.238	(2.789)	6.616	(5.015)

- (i) Conforme descrito na nota explicativa 1.1, os valores comparativos de 31 de março de 2025 foram reapresentados.

31 Receita líquida de vendas

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Receita bruta	117.745	174.400	351.933	375.914
Serviços de transporte florestais (i)	11.293	24.752	11.293	24.751
Serviços de transporte a dedicados industriais	35.842	55.225	35.842	55.226
Serviços de transporte de carga geral e fracionado	70.610	94.423	304.798	295.937
Deduções (ii)	(16.074)	(24.925)	(55.667)	(60.423)
Serviços de transporte florestais (i)	(1.705)	(3.629)	(1.705)	(3.628)
Serviços de transporte a dedicados industriais	(5.165)	(8.988)	(5.165)	(8.988)
Serviços de transporte de carga geral e fracionado	(9.204)	(12.308)	(48.797)	(47.807)
Total da receita líquida de vendas	101.671	149.475	296.266	315.491

- (i) A redução da receita do segmento de transporte florestal decorre, principalmente, da descontinuidade e renegociação de determinados contratos com rentabilidade abaixo do esperado, em linha com as medidas de reestruturação operacional e financeira implementadas pela Administração ao longo do exercício;
- (ii) As deduções da receita compreendem os valores de cancelamentos de fretes e os tributos incidentes sobre a receita bruta, tais como: PIS, COFINS, ICMS, CPRB, ISS e IVA.

Maiores detalhes sobre receitas estão apresentados na nota explicativa 38.

32 Custos e Despesas por natureza**a. Custos**

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Contrato de transporte - frete	55.367	73.091	160.087	153.882
Salários e adicionais	13.882	25.116	47.127	57.756
Consumo de combustíveis	5.622	10.676	8.065	14.012
Manutenção e conservação	3.897	7.702	9.983	18.466
Depreciações e amortizações (a)	2.248	3.207	2.940	3.894
Encargos sociais	2.730	4.620	9.314	10.588
Depreciação de ativos de direito de uso (a)	4.807	8.386	14.560	17.097
Consumo de pneus	557	2.718	1.547	3.862
Serviços de terceiros	2.822	2.865	4.768	5.688
Viagens	894	1.871	1.521	2.564
Serviços de rastreamento	1.004	1.083	2.795	2.875
Seguros (b)	1.199	1.984	5.967	3.450
Impostos e taxas	203	347	1.079	995
Pedágios	29	367	3.507	3.137
Outros	2.126	1.343	4.959	4.301
	97.387	145.376	278.219	302.567

- a) Valores de depreciações estão líquidos dos créditos de PIS e COFINS nos montantes de R\$ 450 (R\$ 917 em 31 de março de 2025) na Controladora e R\$ 1.479 (R\$ 1.806 em 31 de março de 2025) no Consolidado.

b. Despesas

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Salários e adicionais	2.620	2.048	15.641	12.059
Serviços de terceiros	3.526	3.952	6.019	4.545
Manutenção e conservação	221	582	291	639
Impostos e taxas	34	45	50	61
Depreciações e amortizações	1.879	2.060	3.930	4.182
Viagens	316	248	728	458
Depreciação de ativos de direito de uso	360	404	361	404
Provisão para contingências trabalhistas	56	1.903	(562)	3.860
Seguros	283	216	466	228
Outros	364	85	910	103
	9.659	11.543	27.834	26.539
Despesas administrativas	8.672	9.597	17.700	17.509
Despesas de vendas	987	1.946	10.134	9.030
	9.659	11.543	27.834	26.539

33 Outras receitas operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Receitas	10.097	7.005	15.573	13.352
Créditos tributários (a)	5.612	6.782	10.770	12.837
Venda de sucata	361	118	364	377
Venda de imobilizado	4.112	105	4.273	105
Outros	12	-	166	33
Despesas	(4.797)	(1.954)	(5.172)	(2.539)
Custo de venda de imobilizado	(6.190)	(74)	(6.195)	(133)
Bens de pequeno valor	(11)	(60)	(11)	(60)
Reversão (perda) por impairment sobre ativo imobilizado	2.773	(984)	2.773	(983)
Reversão (provisão) estoque obsoleto (b)	80	(115)	80	(115)
Despesa tributária e consultoria (c)	(796)	(615)	(1.042)	(1.004)
Outros	(653)	(106)	(777)	(244)
	5.300	5.051	10.401	10.813

- (a) Ver nota explicativa 11;

- (b) Ver nota explicativa 10;
(c) Valor referente a honorários advocatícios e despesas incorridas relacionadas aos créditos tributários.

34 Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Receitas financeiras				
Variações cambiais ativas	589	2.451	531	2.431
Receitas de aplicações financeiras	-	71	516	147
Descontos auferidos	30	30	146	78
Encargos de recebimentos em atraso	19	94	81	372
Atualização de créditos tributários	-	-	197	74
	638	2.646	1.471	3.102
Despesas financeiras				
Juros de empréstimos e financiamentos	(8.394)	(9.346)	(10.322)	(11.888)
Juros de arrendamentos (a)	(784)	(1.010)	(3.236)	(3.063)
Juros sobre aquisição de investidas	(1.425)	(1.262)	(1.425)	(1.262)
Juros e custos de transação sobre debêntures	(13.561)	(7.723)	(13.561)	(7.723)
Variações cambiais passivas	(1.861)	(5.374)	(1.861)	(5.375)
Taxa administração de consórcios	(25)	(34)	(19)	(34)
Despesas bancárias	(907)	(840)	(3.251)	(2.579)
Juros de parcelamentos	(8.233)	(1.179)	(24.031)	(6.313)
Encargos de pagamentos em atraso (b)	(187)	(8.684)	(893)	(22.268)
Descontos concedidos	-	-	(401)	-
Juros sobre cessão de créditos	(225)	(1.668)	(771)	(3.115)
Outras despesas financeiras	(1.184)	(721)	(1.370)	(634)
	(36.786)	(37.841)	(61.141)	(64.254)
Resultado financeiro líquido	(36.148)	(35.195)	(59.670)	(61.152)

- a) Juros de arrendamentos estão líquidos dos créditos de PIS e COFINS na controladora no valor de R\$ 30 (R\$ 29 em 31 de março de 2025) e no consolidado R\$ 88 (R\$ 118 em 31 de março de 2025);
b) Principalmente em função dos parcelamentos e atrasos nos pagamentos dos impostos e fornecedores.

35 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2025 relativos a operações com partes relacionadas, referem-se a contratos de mútuo da Companhia com suas controladas, como demonstrado abaixo:

(a) Ativos e Passivos

	Controladora	
	31/03/2026	31/12/2025
Ativo circulante		
Contas a receber - Translovato	11.075	3.889
Contas a receber - Translag	1.968	1.470
Contas a receber - Diálogo	5.531	2.178
Contas a receber - Transeich Assessoria	28	27
	18.602	7.564
Passivo circulante		
Contas a pagar - Translovato	1.801	619
Contas a pagar - Translag	1	1
Contas a pagar - Diálogo	19	18
Contas a pagar - Transeich Assessoria	3	-
	1.824	638
Passivo circulante		
Mútuo - Translovato Transportes	144.211	139.691
Mútuo - Translag transportes	5.715	5.736
Mútuo - Diálogo Logística	18.659	13.175
Mútuo - Transeich Assessoria e Transportes	121.518	110.236
	290.103	268.838

Os contratos de mútuo em aberto com partes relacionadas foram precificados em comum acordo entre as partes sem a incidência de juros, e devem ser liquidados até 31 de dezembro de 2026, conforme contratos firmados entre as partes. Nenhum dos contratos possui garantias.

(b) Receitas e despesas

	Controladora			
	Receita venda de serviços	Custos fretes e combustível	Despesas serviços administrativos (i)	Total
Em 31 de março de 2026				
Transeich Assessoria e Transportes	-	-	4	4
Transportes Translovato	656	(1.070)	5.349	4.935
Translag Transportes	769	-	14	783
Diálogo Logística	-	-	4.069	4.069
	1.425	(1.070)	9.436	9.791
Em 31 de março de 2025				
Transeich Assessoria e Transportes	-	-	4	4
Transportes Translovato	563	(941)	5.120	4.742
Translag Transportes	3.087	-	65	3.152
Diálogo Logística	-	-	1.328	1.328
	3.650	(941)	6.517	9.226

(i) Refere-se a alocação de gastos administrativos incorridos pela Controladora de responsabilidade das Controladas.

As transações com partes relacionadas acima apresentadas foram realizadas em condições normais de mercado, considerando a ausência de risco de crédito entre as mesmas.

a. Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração é composto pela Diretoria e Conselho de Administração. Os montantes referentes à remuneração do pessoal-chave da Administração no período findo em 31 de março de 2026 foram de R\$ 942 (R\$ 924 em 31 de março de 2025).

Os contratos dos diretores da Companhia preveem que, em caso de ocorrência de um evento de liquidez, eles farão jus ao recebimento de uma remuneração de incentivo baseada na valorização da Companhia.

Em 31 de março de 2026, a Administração revisou os contratos e concluiu que nesse momento não há previsibilidade para um evento de liquidez e, conseqüentemente não há saldo a provisionar.

36 Transações que não envolvem caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa, foram apresentadas pelo método indireto.

As transações que não envolveram caixa, e portanto, não estão refletidas nas demonstrações de fluxo de caixa são as seguintes:

- 1) Em 31 de março de 2026 foram incorporados os direitos de uso de arrendamento no valor de R\$544 (R\$ 2.906 em 31 de março de 2025) na Controladora e R\$ 13.949 (R\$ 19.954 em 31 de março de 2025) no Consolidado;
- 2) Em 31 de março de 2026 foram adquiridos ativos imobilizados, e que as parcelas estão em aberto em fornecedores a pagar no valor de R\$ 687 (R\$ 158 em 31 de março de 2025) na Controladora e no Consolidado.

37 Instrumentos financeiros

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026		31/03/2026	
	Ativos / Passivos financeiros ao custo amortizado	Saldo a valor justo	Ativos / Passivos financeiros ao custo amortizado	Saldo a valor justo
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	2.962	2.962	22.483	22.483
Outros ativos financeiros	6.877	6.877	7.326	7.326
Contas a receber de clientes (i)	93.400	120.041	142.315	194.819
Passivos				
Fornecedores	110.412	110.412	221.872	221.872
Empréstimos e financiamentos	243.819	270.460	249.140	301.644
Debêntures	269.866	273.274	269.866	273.274
Arrendamentos	37.065	37.065	87.031	87.031
Contas a pagar por aquisição de controladas	47.977	47.977	47.977	47.977
Mútuo com partes relacionadas – Passivo	290.103	290.103	-	-

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025		31/12/2025	
	Ativos / Passivos financeiros ao custo amortizado	Saldo a valor justo	Ativos / Passivos financeiros ao custo amortizado	Saldo a valor justo
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	3.048	3.048	38.117	38.117
Outros ativos financeiros	6.877	6.877	7.326	7.326
Contas a receber de clientes (i)	87.521	103.905	142.346	177.386
Passivos				
Fornecedores	105.323	105.323	212.082	212.082
Empréstimos e financiamentos	243.714	260.098	250.547	285.587
Debêntures	256.620	259.713	256.620	259.713
Arrendamentos	42.187	42.187	82.184	82.184
Contas a pagar por aquisição de controladas	46.552	46.552	46.552	46.552
Mútuo com partes relacionadas – Passivo	268.838	268.838	-	-

- (i) Apresentado líquido das antecipações de títulos do contas a receber. A Companhia realizou transações de cessão de créditos com coobrigação (nota explicativa 18), em que transfere a propriedade dos títulos de contas a receber de clientes para as instituições financeiras e recebe antecipadamente o valor por antecipação, descontado dos juros da transação.

Gerenciamento de riscos financeiros

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros, a saber: (a) risco de mercado (moeda e taxa de juros); (b) risco de crédito; e (c) risco de liquidez.

Os serviços vendidos pela Companhia são predominantemente denominados em reais.

O processo de gestão de riscos de mercado tem por objetivo a proteção do fluxo de caixa da Companhia contra eventos adversos de mercado tais como oscilações de taxas de câmbio, preços de commodities e taxas de juros.

Risco de mercado

A Companhia e suas controladas possuem aplicações financeiras e obrigações atreladas à taxa CDI e, portanto, sensíveis às mudanças da mesma no mercado.

O risco de taxa de juros da Companhia e suas controladas decorrem de financiamentos de longo prazo. Os financiamentos emitidos às taxas fixas e variáveis expõem a Companhia e suas controladas ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os financiamentos emitidos às taxas fixas expõem a Companhia e suas controladas ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

Risco de crédito

A Companhia e suas controladas possuem aplicações financeiras de liquidez imediata tendo como contraparte instituições financeiras de primeira linha, por consequência minimizando o risco.

No caso do risco de crédito decorrente de exposições de crédito a clientes, a Companhia e suas controladas avaliam a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores e, adicionalmente, define limites individuais de crédito, os quais são regularmente monitorados. A Companhia e suas controladas reconhecem provisão para deterioração do saldo a receber de clientes, conforme descrito na nota explicativa 9.

Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado de acordo com a política de gestão de liquidez e endividamento, visando garantir recursos líquidos suficientes para honrar os compromissos financeiros da Companhia e suas controladas no prazo e sem custo adicional.

O principal instrumento de medição e monitoramento da liquidez é a projeção de fluxo de caixa, observando-se um prazo mínimo de 12 meses de projeção a partir da data de referência.

A seguir a previsão de pagamentos considerando os respectivos encargos nas parcelas futuras:

	Controladora					
	Menos de um ano (i)	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total	Valor contábil
Em 31 de março de 2026						
Empréstimos e financiamentos	287.711	-	-	-	287.711	270.460
Debêntures	262.907	-	-	-	262.907	269.866
Arrendamentos	34.859	4.609	2.235	-	41.703	37.065
Fornecedores	110.412	-	-	-	110.412	110.412
Contas a pagar por aquisição de controladas	47.977	-	-	-	47.977	47.977
Total	743.866	4.609	2.235	-	750.710	735.780
Em 31 de dezembro de 2025						
Empréstimos e financiamentos	283.607	-	-	-	283.607	260.098
Debêntures	286.260	-	-	-	286.260	256.620
Arrendamentos	37.618	5.413	2.701	-	45.732	42.187
Fornecedores	105.323	-	-	-	105.323	105.323
Contas a pagar por aquisição de controladas	46.552	-	-	-	46.552	46.552
Total	759.360	5.413	2.701	-	767.474	710.780

	Consolidado					
	Menos de um ano (i)	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total	Total
Em 31 de março de 2026						
Empréstimos e financiamentos	318.907	-	-	-	318.907	301.644
Debêntures	262.907	-	-	-	262.907	269.866
Arrendamentos	64.236	18.056	9.155	-	91.447	87.031
Fornecedores	212.082	-	-	-	212.082	221.872
Contas a pagar por aquisição de controladas	46.552	-	-	-	46.552	47.977
Total	904.684	18.056	9.155	-	931.895	928.390
Em 31 de dezembro de 2025						
Empréstimos e financiamentos	306.595	-	-	-	306.595	285.587
Debêntures	255.017	-	-	-	255.017	256.620
Arrendamentos	88.103	51.907	8.681	-	148.691	82.184
Fornecedores	206.309	-	-	-	206.309	212.082
Contas a pagar por aquisição de controladas	41.260	-	-	-	41.260	46.552
Total	897.284	51.907	8.681	-	957.872	883.025

- (i) A concentração das obrigações financeiras na faixa de vencimento inferior a 12 meses decorre dos efeitos do processo de Recuperação Extrajudicial e da suspensão temporária dos pagamentos. Com a homologação do Plano em junho de 2026, tais obrigações foram reperfiladas, passando a seguir o novo cronograma de amortização previsto no plano homologado, proporcionando maior previsibilidade financeira e alinhamento à capacidade de geração de caixa da Companhia.

Risco cambial

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco cambial decorrente de exposições basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos.

A Companhia e suas controladas possuíam ativos denominados em moeda estrangeira nos montantes descritos a seguir:

	Controladora e Consolidado			
	31/03/2026		31/12/2025	
	Dólares norte-americanos	Reais (*)	Dólares norte-americanos	Reais (**)
Ativo				
Contas a receber de clientes	5.449	28.438	5.169	28.438
Passivo				
Comissões a pagar	(1.193)	(6.224)	(1.072)	(5.896)
Exposição líquida	4.256	22.214	4.097	22.542

(*) Considera a taxa de 5,2188 cotada em 31/03/2026;

(**) Considera a taxa de 5,5018 cotada em 31/12/2025.

Valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores desses instrumentos reconhecidos no balanço patrimonial não diferem significativamente do valor justo demonstrado no primeiro quadro desta nota, que foram apurados considerando-se o nível 2 em sua mensuração.

Aplicações financeiras e aplicações financeiras vinculadas - Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são idênticos ao valor justo em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação do CDI.

Contas a receber e outras contas a receber - Decorrem diretamente das operações da Companhia, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas, quando aplicável. O valor contábil se equivale ao valor justo tendo em vista o curtíssimo prazo de liquidação dessas operações (menos de 90 dias).

Empréstimos e financiamentos, debêntures, fornecedores, contas a pagar por aquisição de controladas e outras contas a pagar – São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que de acordo com entendimento da Administração reflete a informação contábil mais relevante.

Os créditos e débitos com mútuos com partes relacionadas correspondem a direitos e obrigações que foram contraídos entre a Companhia e suas partes relacionadas, oriundas principalmente de operações de empréstimos de mútuo. São classificados como ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado.

Análise de sensibilidade

Risco de taxa de câmbio

Uma valorização (desvalorização) razoavelmente possível do Real, contra o USD alteraria a mensuração dos instrumentos financeiros denominados em moeda estrangeira. A análise considera que todas as outras variáveis, especialmente as taxas de juros, permanecem constantes e ignoram qualquer impacto da previsão de vendas e compras. Assim, a exposição a riscos de taxa de câmbio é considerada baixa e esperada para não ter efeito relevante sobre o resultado da Companhia e suas controladas, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora e Consolidado					
			Resultado do período		Patrimônio líquido, líquido de impostos	
	Taxa de Fechamento (R\$/US\$)	Exposição Líquida (US\$)	Valorização (R\$)	Desvalorização (R\$)	Valorização (R\$)	Desvalorização (R\$)
Em 31 de março de 2026	5,2188	4.256	2.221	(2.221)	1.466	(1.466)
Em 31 de dezembro de 2025	5,5018	4.097	2.254	(2.254)	1.488	(1.488)

Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras, bem como as despesas financeiras provenientes dos financiamentos e contas a pagar da Companhia e suas controladas, são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como CDI.

No quadro a seguir são considerados três cenários, sendo que o Cenário provável considerou os níveis de mercado vigentes na data destas informações financeiras.

Para Cenário I foi considerado um aumento de 25% na taxa CDI para as aplicações, empréstimos e financiamentos e contas a pagar e para o Cenário II um aumento de 50%. A taxa base utilizada para o cenário provável foi de 14,50%, conforme Ata da 278ª reunião do Comitê de Política Monetária do Banco Central do Brasil de 29 de abril de 2026:

31/03/2026				Consolidado		
Exposição	Indexador	Risco	Valor base	Cenário provável	Cenário I	Cenário II
Aplicações financeiras	CDI		7.130	1.034	1.292	1.551
Fornecedores	CDI		(110.110)	(43.200)	(54.000)	(67.500)
Capital de giro	CDI		(249.140)	(36.131)	(45.146)	(54.196)
Cessão de créditos	CDI		(52.504)	(7.614)	(9.514)	(11.421)
Debêntures	CDI		(273.274)	(39.631)	(49.519)	(59.446)
Parcelamento de tributos	CDI		(275.004)	(39.876)	(49.844)	(59.813)
Contas a pagar por aquisição de controlada	CDI		(47.977)	(6.958)	(8.694)	(10.437)
			<u>(1.000.879)</u>	<u>(172.376)</u>	<u>(215.425)</u>	<u>(261.262)</u>
Impacto no resultado		Aumento líquido			(43.049)	(88.886)

31/12/2025				Consolidado		
Exposição	Indexador	Risco	Valor base	Cenário provável	Cenário I	Cenário II
Aplicações financeiras	CDI		3.752	563	704	844
Fornecedores	CDI		(109.140)	(33.648)	(42.060)	(52.575)
Capital de giro	CDI		(250.547)	(37.595)	(47.011)	(56.360)
Cessão de créditos	CDI		(35.040)	(5.258)	(6.575)	(7.882)
Debêntures	CDI		(259.713)	(38.970)	(48.731)	(58.422)
Parcelamento de tributos	CDI		(228.684)	(34.303)	(42.878)	(51.454)
Contas a pagar por aquisição de controlada	CDI		(46.552)	(6.985)	(8.735)	(10.472)
			(925.924)	(156.196)	(195.286)	(236.321)
Impacto no resultado		Aumento líquido			(39.090)	(80.125)

38 Informações por segmento

Segmentos operacionais são definidos como componentes que desenvolvem atividades de negócios:

- (i) Que podem obter receitas e incorrer em despesas;
- (ii) Cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho;
- (iii) Para os quais haja informação financeira individualizada disponível.

A Administração da Companhia definiu os segmentos operacionais com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas pelo Diretor executivo de operações. Foram identificados dois segmentos operacionais sujeitos à divulgação de informações os quais são gerenciados separadamente por meio de relatórios que suportam a tomada de decisão. As políticas contábeis desses segmentos operacionais são as mesmas descritas na nota explicativa 5.

Dedicados: prestação e serviços de transporte rodoviário de cargas utilizando principalmente veículos e equipamentos próprios alocados para o atendimento de clientes específicos, por meio de contratos com prazos de 3 a 6 anos, com abrangência nacional e em diferentes setores como o de gases do ar, florestal, agronegócio, químicos, etc.

TM (*Transportation Management*): prestação de serviços de transporte rodoviário de cargas em geral para clientes de setores diversos e de atuação nacional e internacional (Mercosul), nas modalidades Lotação, Fracionado e Internacional, utilizando preponderantemente veículos agregados e terceiros subcontratados:

Período findo em 31 de março de 2026

	Dedicados	TM	Total Segmentos	Corporativo	Consolidado
Receita líquida	40.265	256.001	296.266	-	296.266
Custo dos serviços prestados	(39.155)	(239.064)	(278.219)	-	(278.219)
Lucro bruto	1.110	16.937	18.047	-	18.047
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas administrativas	-	-	-	(17.700)	(17.700)
Despesas com vendas	(759)	(7.480)	(8.239)	(1.895)	(10.134)
Ganho (perda) por redução ao valor recuperável de contas a receber	(14)	(323)	(337)	-	(337)
Outras receitas operacionais, líquidas	3.684	5.878	9.562	839	10.401
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos					
	4.021	15.012	19.033	(18.756)	277
Despesas financeiras líquidas	-	-	-	(59.670)	(59.670)
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	-	-	-	6.616	6.616
Lucro (prejuízo) do período	4.021	15.012	19.033	(71.810)	(52.777)
(+) Despesas financeiras, líquidas	-	-	-	59.670	59.670
(+) Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferido	-	-	-	(6.616)	(6.616)
(+) Depreciação e amortização	4.851	13.584	18.435	3.323	21.758
EBITDA ajustado	8.872	28.596	37.468	(15.433)	22.035

Período findo em 31 de março de 2025 (reapresentado)

	Dedicados	TM	Total Segmentos	Corporativo	Consolidado
Receita líquida	67.361	248.130	315.491	-	315.491
Custo dos serviços prestados	(70.203)	(232.364)	(302.567)	-	(302.567)
(Prejuízo) lucro bruto	(2.842)	15.766	12.924	-	12.924
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas administrativas	-	-	-	(17.509)	(17.509)
Despesas com vendas	(1.761)	(5.109)	(6.870)	(2.160)	(9.030)
Ganho (perda) por redução ao valor recuperável de contas a receber	39	(493)	(454)	-	(454)
Outras receitas operacionais, líquidas	2.339	6.591	8.930	1.883	10.813
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos					
	(2.225)	16.755	14.530	(17.786)	(3.256)
Despesas financeiras líquidas	-	-	-	(61.152)	(61.152)
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	-	-	-	(5.015)	(5.015)
(Prejuízo) lucro do período	(2.225)	16.755	14.530	(83.953)	(69.423)
(+) Despesas financeiras, líquidas	-	-	-	61.152	61.152
(+) Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferido	-	-	-	5.015	5.015
(+) Depreciação e amortização	9.439	12.155	21.594	3.983	25.577
EBITDA ajustado	7.214	28.910	36.124	(13.803)	22.321

- a) EBITDA ajustado: Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização, métrica gerencial, não prevista nas normas contábeis.

Informação geográfica

Receita provenientes de clientes por país

País	Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025
Brasil	274.756	292.541
Exterior	21.510	22.950
Argentina	13.405	12.441
Chile	921	2.497
Paraguai	-	182
Uruguai	7.184	7.830
	296.266	315.491

Principais clientes

No trimestre findo em 31 de março de 2026, três clientes, com contratos de longo prazo, representaram 21,5% da receita líquida total da Companhia, somando aproximadamente R\$ 64 milhões. Os três clientes são do segmento TM, sendo o primeiro do E-Commerce (63,1%), o segundo do LTL (21,5%), e o terceiro (15,4%) possui parte da sua operação no FTL e parte no Internacional.

No trimestre findo em 31 de março de 2025, três clientes, com contratos de longo prazo, representaram 18,02% da receita líquida total da Companhia, somando aproximadamente R\$ 69 milhões. Dois desses clientes é do segmento TM, sendo um do E-Commerce (45,6%) e um do LTL (22,2%), o outro (32,2%) possui parte da sua operação no segmento DCC F&A (56,8%) e parte no segmento TM FTL (43,3%).

39 Demonstração de valor adicionado

Conforme requerimento da legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação adicional para fins de IFRS, a Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado.

Essas demonstrações, fundamentadas em conceitos macroeconômicos, buscam apresentar a parcela da Companhia e suas controladas na formação do Produto Interno Bruto por meio da apuração dos respectivos valores adicionados tanto pela Companhia e suas controladas quanto o recebido de outras entidades, e a distribuição desses montantes aos seus empregados, esferas governamentais, arrendadores de ativos, credores por empréstimos, financiamentos e títulos de dívida, acionistas controladores e não controladores, e outras remunerações que configurem transferência de riqueza a terceiros. O referido valor adicionado representa a riqueza criada pela Companhia, de forma geral, medido pelas receitas de vendas de bens e dos serviços prestados, menos os respectivos insumos adquiridos de terceiros, incluindo também o valor adicionado produzido por terceiros e transferido à entidade.

40 Eventos subsequentes

Aprovação do Plano de Recuperação Extrajudicial

Em 15 de junho de 2026 foi publicado o acórdão da 17ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná que homologou o Plano de Recuperação Extrajudicial da Companhia em 27 de maio de 2026. O referido Plano estabelece condições específicas para a reestruturação e liquidação das obrigações financeiras da Companhia junto aos seus credores, contemplando duas modalidades de pagamento, conforme descrito a seguir:

- (i) Os créditos abrangidos serão pagos, sem deságio, mensalmente, a partir de fevereiro de 2028 (inclusive) até março de 2035 (inclusive), observado que tais montantes serão atualizados mensalmente pela variação positiva mensal acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e serão acrescidos de juros remuneratórios de 4,5% ao ano;

- (ii) Os credores fornecedores colaboradores serão pagos, em todos os casos sem deságio, entre 30 dias e 24 meses (de acordo com o montante devido), acrescido de sobretaxa de 1% ao mês.

Durante a tramitação do pedido de homologação foram observados os procedimentos previstos na Lei nº 11.101/2005, incluindo a publicação do edital para ciência dos credores e apresentação de impugnações ao Plano, as quais foram analisadas no âmbito do processo judicial que culminou na homologação do Plano de Recuperação Extrajudicial.

O Plano de Recuperação Extrajudicial e os demais documentos celebrados no âmbito da reestruturação financeira estabelecem, adicionalmente, um conjunto de obrigações e compromissos a serem observados pelas empresas do Grupo BBM durante a vigência do Plano. Tais obrigações incluem, entre outras, o cumprimento de determinados indicadores financeiros e covenants, a manutenção e o aperfeiçoamento das garantias constituídas em favor dos credores, a observância de restrições relacionadas à contratação de endividamento adicional e à realização de determinadas operações societárias, a manutenção da regularidade fiscal e trabalhista, bem como o fornecimento periódico de informações financeiras, operacionais e gerenciais aos credores e demais partes previstas nos documentos da reestruturação.

Para o exercício social de 2026, os documentos da reestruturação estabelecem que a Companhia deverá observar o índice financeiro representado pela razão Dívida Líquida/EBITDA, cujo limite contratual é de até 7,0 vezes, a ser apurado com base nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2026.

Os documentos da reestruturação também preveem mecanismos de monitoramento do desempenho econômico-financeiro do Grupo, procedimentos de acompanhamento do cumprimento das obrigações assumidas e a comunicação tempestiva de eventos relevantes que possam impactar a capacidade de cumprimento do Plano ou os direitos dos credores abrangidos.

A implementação das condições previstas nos documentos da reestruturação está em andamento. Desde a homologação do Plano de Recuperação Extrajudicial, a Companhia vem cumprindo o cronograma estabelecido, tendo iniciado, em 15 de julho de 2026, os pagamentos aos credores fornecedores e colaboradores, conforme o previsto. Não há, até a presente data, descumprimento das obrigações assumidas.

A Companhia está concluindo a mensuração dos efeitos contábeis decorrentes da modificação dos passivos financeiros em razão da homologação do referido Plano. Esses efeitos serão reconhecidos nas informações financeiras intermediárias de 30 de junho de 2026, em conformidade com os pronunciamentos contábeis aplicáveis.

A Administração entende que a homologação do Plano representa um marco relevante no processo de reestruturação financeira do Grupo BBM, contribuindo para o reperfilamento de seu endividamento, fortalecimento de sua liquidez e aprimoramento de sua estrutura de capital. Nesse contexto, a Administração vem adotando as medidas necessárias para assegurar o cumprimento das condições, obrigações e compromissos estabelecidos no Plano de Recuperação Extrajudicial e nos demais documentos da reestruturação.
